

CONTRATO – PROGRAMA CLIQUE SOLIDÁRIO RELATÓRIO ANUAL 2007

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.



ÍNDICE

INTRODUÇÃO

1- ENQUADRAMENTO.....	4
2- GESTÃO E ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DO PROGRAMA.....	7
2.1 – CONCEPÇÃO DE INSTRUMENTOS DE SUPORTE	7
2.2 – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS PROJECTOS	7
3- EXECUÇÃO DO PROGRAMA.....	10
3.1 – APROVAÇÕES.....	10
3.1.1 – MEDIDA 1.1 – COMPETÊNCIAS BÁSICAS – FASE II.....	10
3.1.2 – MEDIDA 2.1 – ACESSIBILIDADES – FASE I.....	15
3.2 – EXECUÇÃO.....	18
3.2.1 – MEDIDA 1.1 – COMPETÊNCIAS BÁSICAS – FASE II.....	18
3.2.1.1 – EXECUÇÃO FINANCEIRA.....	18
3.2.1.2 – EXECUÇÃO FÍSICA.....	21
3.2.2 – MEDIDA 2.1 – ACESSIBILIDADES – FASE I.....	30
4- INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE DO PROGRAMA CLIQUE SOLIDÁRIO.....	36
5- SISTEMA DE INFORMAÇÃO.....	37
6- ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	38
7- CONCLUSÃO.....	39
8- ANEXOS.....	40

INTRODUÇÃO

O ano 2007 ficou marcado pelo início dos projectos da Medida 1.1 – Competências Básicas (FSE) desenvolvidos no âmbito da Fase II do Programa Clique Solidário.

Neste contexto, a elaboração deste relatório tem por objectivo relatar não só o trabalho desenvolvido no âmbito da Fase I dos projectos no ano 2007, como também a actividade realizada no contexto da Fase II

A informação constante deste relatório baseia-se nos dados reportados pelas entidades beneficiárias dos projectos e inclui execução física e financeira referente ao ano de 2007.

Assim, começamos por fazer um breve enquadramento do Programa Clique Solidário, com especial enfoque na Fase II, concentrando-nos depois na gestão e acompanhamento dos projectos, indicando também informação sobre os instrumentos de suporte criados para a execução, monitorização e acompanhamento dos projectos. Seguidamente, analisamos a execução dos projectos, quer em termos de aprovações quer ao nível da execução física e financeira. Terminamos com uma alusão à informação e publicidade, sistema de informação e assistência técnica ao Programa.

1. ENQUADRAMENTO

A sociedade actual caracteriza-se por transformações constantes e por traços específicos variados que vão desde as mutações económicas, sociais, demográficas e familiares às evoluções tecnológicas e ao aumento da concorrência internacional. Não obstante, permanecem as dificuldades de âmbito estrutural que exigem a necessidade de intensificar a inclusão social no programa da União Europeia e de cada um dos Estados-Membros.

Em Março de 2000, na Cimeira de Lisboa ficou acordado o objectivo estratégico de tornar a Europa Comunitária no espaço baseado na economia do conhecimento mais competitivo do mundo, fomentando o aumento e a melhoria do emprego e o incremento da coesão social. Esta Cimeira constituiu um pilar importantíssimo, no qual foi assumido pelos Chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros o compromisso de produzir um impacto decisivo na erradicação dos fenómenos da pobreza e da exclusão social.

É neste contexto que o *Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008 (PNAI 2006-2008)* define os objectivos comuns de inclusão social seguintes:

- “ 1. Garantir o acesso de todos aos recursos, direitos e serviços sociais básicos, necessários à participação na sociedade, ao mesmo tempo que se encontram respostas para formas extremas de exclusão e se combatem todas as discriminações conducentes à exclusão;
2. Garantir a inclusão social activa de todos, através da promoção da participação no mercado de trabalho e do combate à pobreza e à exclusão das pessoas e dos grupos mais marginalizados;
3. Garantir que as políticas de inclusão social são bem coordenadas e contam com o envolvimento de todos os níveis do governo e agentes pertinentes (incluindo as pessoas que vivem na pobreza), que são eficientes e integradas em todas as políticas públicas relevantes, designadamente as políticas económicas e orçamentais, de educação e formação e os programas dos fundos estruturais (nomeadamente o FSE), e que têm em conta a perspectiva da igualdade entre homens e mulheres.” (*PNAI 2006-2008*, pág. 7)

Tendo em consideração estes objectivos, a estratégia nacional de inclusão social apresentada no *PNAI 2006-2008* baseia-se numa análise do contexto sócio-económico e dos seus reflexos sobre a pobreza e a exclusão social, que resultou na identificação de um conjunto restrito de prioridades políticas de intervenção, com vista à concretização dos objectivos comuns europeus, através de uma intervenção de base local.

As prioridades políticas do Governo Português para este período e que constam do *PNAI 2006-2008* (pág. 9) são as seguintes:

- “ - Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania;
- Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação;
- Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes.”

Considerando este contexto, o acesso generalizado às novas tecnologias de informação e comunicação tornou-se fundamental para responder a este desafio, de forma a actuar e prevenir os riscos da info-exclusão da população portuguesa. Assim, as políticas direccionam-se para a criação das infra-estruturas necessárias essenciais à generalização da utilização das novas Tecnologias de Informação e Comunicação em todo o território.

Enquadrada na **Prioridade 2** do *PNAI 2006-2008* – *Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação*, uma das Metas deste Plano é «*Generalizar o acesso à Internet e às tecnologias de informação e comunicação, através, entre outros, (...) da disponibilização de espaços públicos gratuitos de acesso à Internet, até 2008.*» (*PNAI 2006-2008*, pág. 63).

Neste âmbito, o **Programa Clique Solidário**, resultante da negociação entre o ISS, I.P. e o POS_C no ano 2002 visa promover a inclusão social de pessoas provenientes de contextos sócio-económicos mais vulneráveis, tendo em vista a igualdade de oportunidades, através da promoção do acesso público gratuito à internet, com apoio de monitores/animadores, para familiarização dos cidadãos com as TIC.

Pretendeu-se, assim, que o **Programa Clique Solidário** fosse um importante contributo para a info-inclusão dos públicos mais vulneráveis ou desfavorecidos, contribuindo para uma sociedade portuguesa mais justa, socialmente mais coesa e com maior desenvolvimento sustentável.

2. GESTÃO E ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DO PROGRAMA

2.1. CONCEPÇÃO DE INSTRUMENTOS DE SUPORTE

Durante o ano 2007 foi actualizado o **Manual de orientações para a realização de acções de acompanhamento aos projectos** (conforme *Anexo I*), com o objectivo de melhorar as orientações para a realização do acompanhamento a realizar aos projectos por parte dos CDist.

2.2. MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS PROJECTOS

Conforme metodologia já utilizada para a Fase I do Programa Clique Solidário, também no âmbito da **Fase II** a responsabilidade do acompanhamento ficou a cargo dos Centros Distritais (CDist.).

Considerando que se tratava de novos projectos, os CDist. foram orientados no sentido de realizarem duas visitas de acompanhamento por projecto em execução no ano, preferencialmente uma por semestre. Esta orientação foi transmitida pelo Gabinete Técnico de Apoio para os Fundos e Programas Europeus aos CDist. no Encontro de Trabalho Nacional sobre o Programa Clique Solidário que teve lugar a 17-04-2007, no qual existiu um ponto da ordem de trabalhos específico para a monitorização dos projectos. Neste Encontro foi distribuído a todos os CDist. a actualização do Manual de orientações para a realização de acções de acompanhamento aos projectos.

No âmbito da Fase II dos projectos foram realizadas 230 visitas no total, com a seguinte distribuição geográfica:

Distrito	Nº de Projectos	Nº Total de Visitas de Acompanhamento realizadas	N.º médio de visitas por projecto
Aveiro	11	11	1
Beja	2	2	1
Braga	13	19	1,5
Bragança	5	10	2
Castelo Branco	5	11	2
Coimbra	12	15	1,5
Évora	3	6	2
Faro	0	0	0
Guarda	6	6	1
Leiria	5	4	1
Lisboa	29	46	1,5
Portalegre	2	4	2
Porto	20	49	2,5
Santarém	5	8	1,5
Setúbal	11	21	2
Viana do Castelo	3	6	2
Vila Real	2	4	2
Viseu	8	8	1
TOTAL	142	230	1,5

Da análise do quadro podemos verificar que foram realizadas visitas a praticamente todos os projectos, restando apenas 3 projectos sem visita de acompanhamento. O objectivo de realizar 2 visitas por projecto foi praticamente alcançado, tendo sido realizadas segundas visitas a 81 projectos. Apenas o CDist. de Aveiro, Beja Guarda, Leiria e Viseu não realizaram nenhuma segunda visita aos projectos. É de salientar, no entanto, o facto de, devido à experiência das entidades, alguns projectos não registarem situações incorrectas aquando da primeira visita, tendo-se demonstrado desnecessário realizar nova visita de acompanhamento. 10 dos projectos foram alvo de uma terceira visita de acompanhamento, designadamente alguns projectos do distrito do Porto e de Lisboa.

No que se refere à **Fase I** e, apesar dos projectos já terem terminado, permaneciam alguns projectos com recomendações das visitas de acompanhamento realizadas anteriormente, pelo que foram realizadas novas visitas de acompanhamento a esses projectos, com o objectivo de os encerrar administrativamente. O quadro abaixo descreve as visitas de acompanhamento realizadas no âmbito desta Fase:

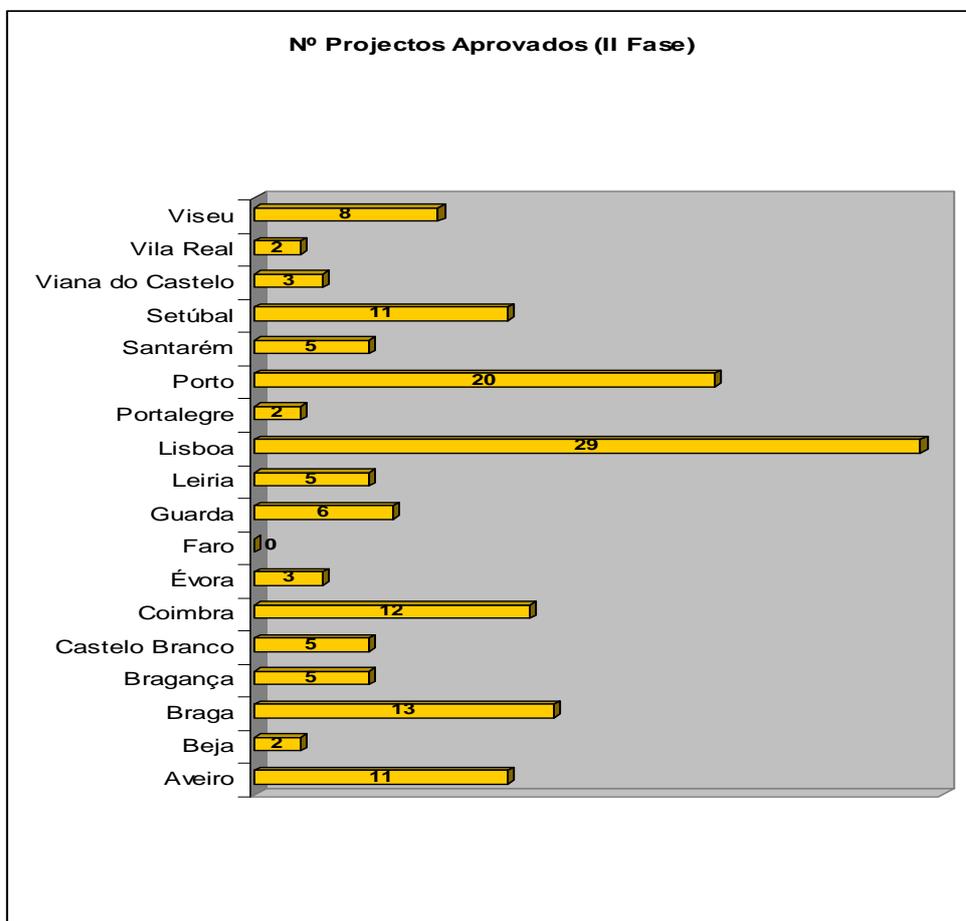
Distrito	Medida 1.1		Medida 2.1	
	Projectos por encerrar	Visitas realizadas	Projectos por encerrar	Visitas realizadas
Aveiro	14	14	0	0
Beja	2	2	0	0
Braga	8	10	4	4
Bragança	0	0	0	0
Castelo Branco	5	5	0	0
Coimbra	4	5	0	0
Évora	1	1	0	0
Faro	2	3	0	0
Guarda	7	7	0	0
Leiria	5	8	0	0
Lisboa	32	58	1	1
Portalegre	1	1	1	1
Porto	9	9	0	0
Santarém	5	7	0	0
Setúbal	5	7	3	3
Viana do Castelo	0	0	0	0
Vila Real	1	1	0	0
Viseu	0	0	0	0
TOTAL	101	138	9	9

3. EXECUÇÃO DO PROGRAMA

3.1. APROVAÇÕES

3.1.1. MEDIDA 1.1 – COMPETÊNCIAS BÁSICAS - FASE II

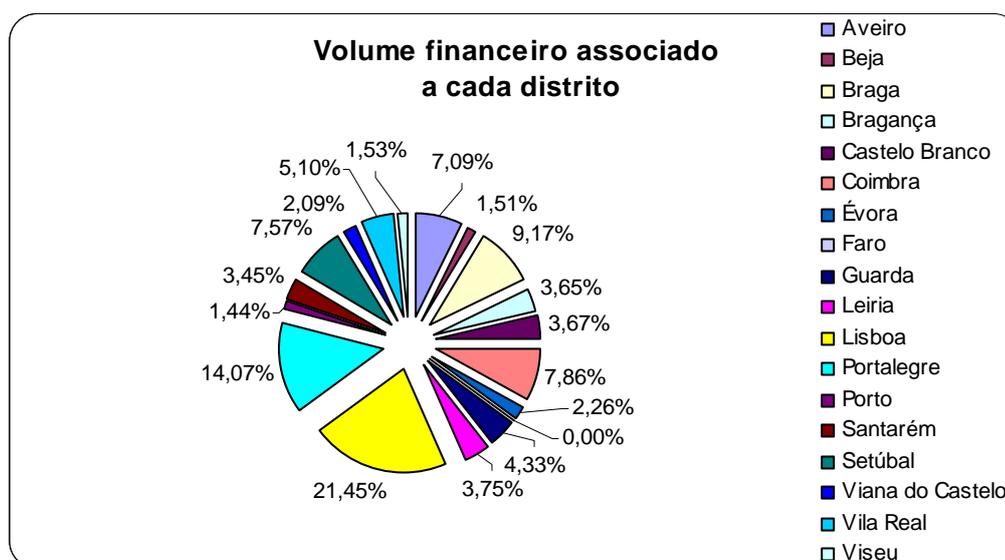
As 142 candidaturas aprovadas no âmbito da Fase II do Programa Clique Solidário apresentam a seguinte distribuição por distrito:



Os 142 projectos da Medida 1.1 correspondem a um volume financeiro de **€2.051.936,46**, distribuído da seguinte forma:

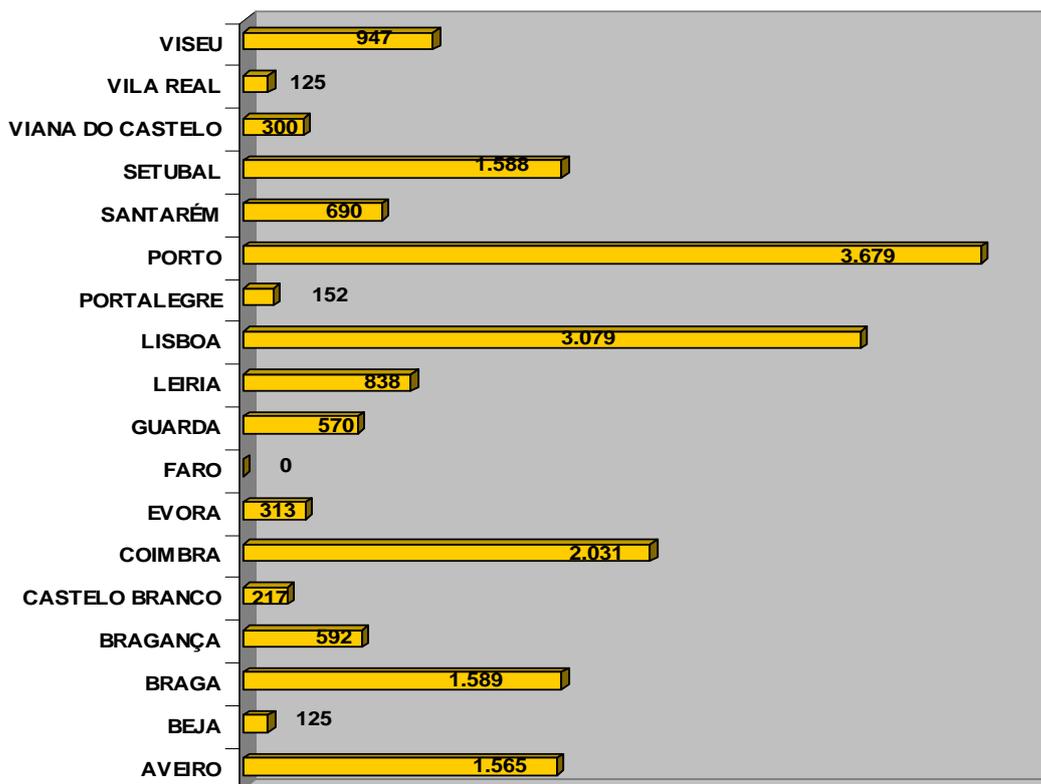
Distrito	N.º de Projectos	Volume Financeiro Associado
Aveiro	11	145.431,25 €
Beja	2	31.037,26 €
Braga	13	188.131,60 €
Bragança	5	74.828,45 €
Castelo Branco	5	75.396,11 €
Coimbra	12	161.311,09 €
Évora	3	46.436,73 €
Faro	0	0,00 €
Guarda	6	88.930,03 €
Leiria	5	77.001,57 €
Lisboa	29	440.053,59 €
Portalegre	2	288.795,44 €
Porto	20	29.479,42 €
Santarém	5	70.826,99 €
Setúbal	11	155.433,46 €
Viana do Castelo	3	42.894,75 €
Vila Real	2	104.556,34 €
Viseu	8	31.392,38 €
Total	142	2.051.936,46 €

Como se pode verificar, o distrito de Faro não marcou presença nesta Fase de candidaturas à Medida 1.1, para o ano de 2007.



No que se refere aos **indicadores físicos** e ao **número de DCB's previstos**, as entidades propuseram-se atribuir **18.400 DCB's**, destacando-se os distritos do Porto, Lisboa, Coimbra e Setúbal com valores mais elevados, e os distritos de Vila Real, Portalegre, Faro e Beja com os valores mais baixos. Assim a sua distribuição é a seguinte:

DCB'S PREVISTOS



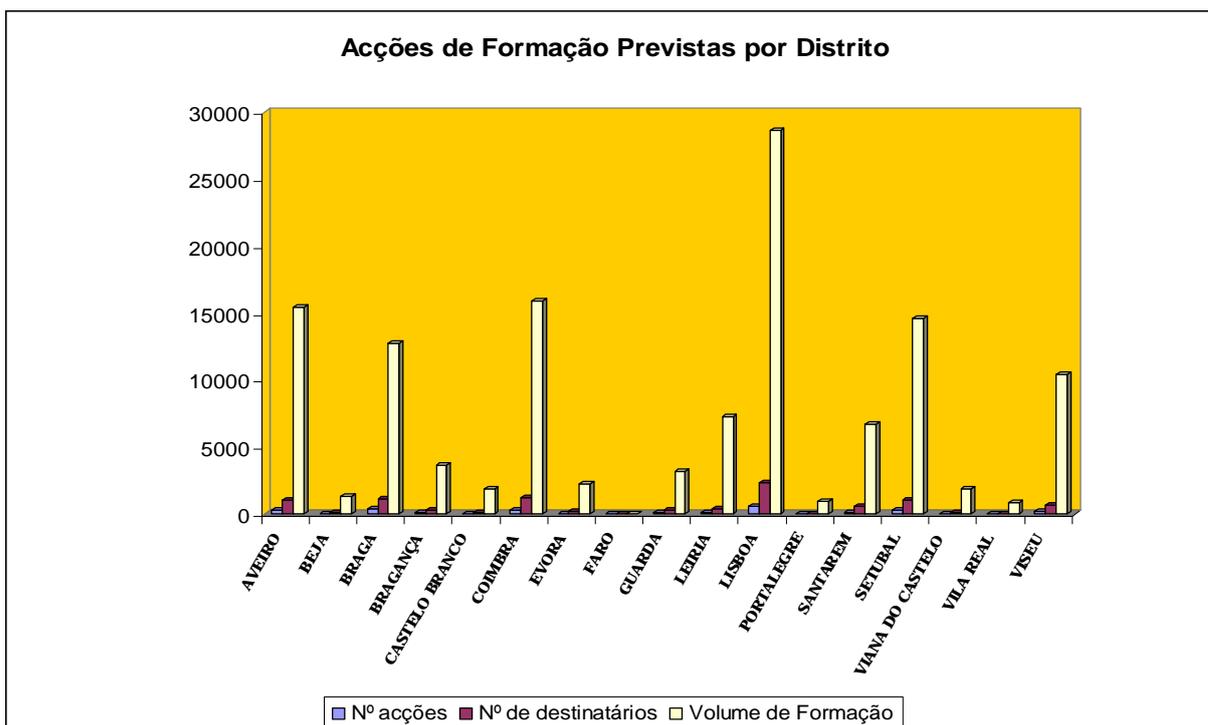
Sobre as **acções de formação**, e decorrente das candidaturas apresentadas para esta Fase II, foram aprovadas 2.933 acções de formação, abrangendo um total de 10.039 destinatários, com um volume de formação associado de 128.026 horas.

Nº acções	Nº de destinatários	Nº de Horas por Acção	Total Horas	Volume de Formação
2.933	10.039	27	37.775	128.026

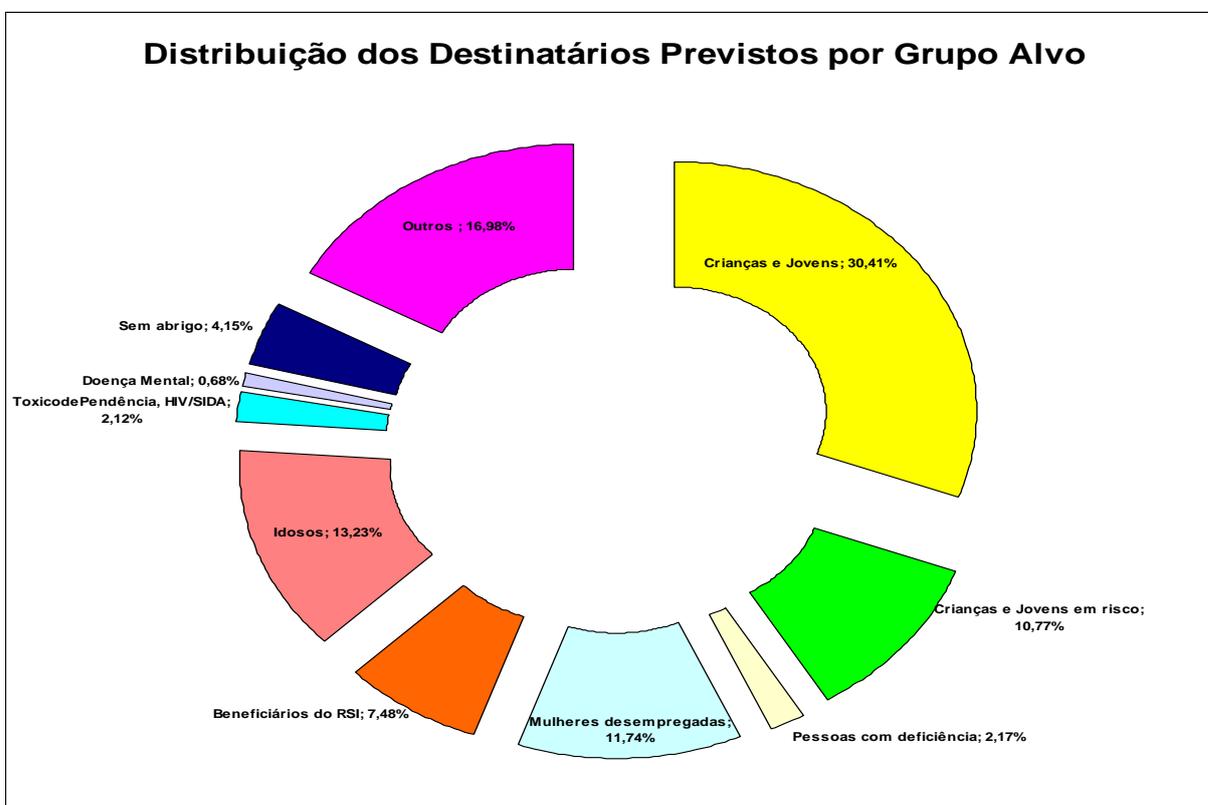
Na sua distribuição distrital, e como é descrito no quadro seguinte, destacaram-se também os distritos do Porto, Lisboa, Setúbal e Coimbra, com os maiores valores apresentados:

Distrito	Nº acções	Nº de destinatários	Nº de Horas por Acção	Total Horas	Volume de Formação
AVEIRO	351	1.045	12	5.212	15.508
BEJA	36	110	13	432	1.320
BRAGA	390	1.161	12	4.284	12.753
BRAGANÇA	102	305	13	1.224	3.660
CASTELO BRANCO	38	130	13	540	1.896
COIMBRA	347	1.270	13	4.412	15.968
EVORA	64	189	12	768	2.268
FARO	0	0	0	0	0
GUARDA	94	335	13	1.063	3.225
LEIRIA	152	457	13	2.412	7.248
LISBOA	589	2.395	13	6.994	28.634
PORTALEGRE	27	81	12	324	972
SANTAREM	131	561	12	1.572	6.732
SETUBAL	305	1.048	13	4.270	14.666
VIANA DO CASTELO	51	152	13	632	1.884
VILA REAL	12	71	13	144	852
UISEU	244	729	13	3.492	10.440
TOTAL	2.933	10.039	27	37.775	128.026

Em contraponto, e analisando o seguinte gráfico, são os distritos de Beja, Portalegre, Faro e Vila Real que apresentam estes indicadores físicos previstos com valores menos expressivos.

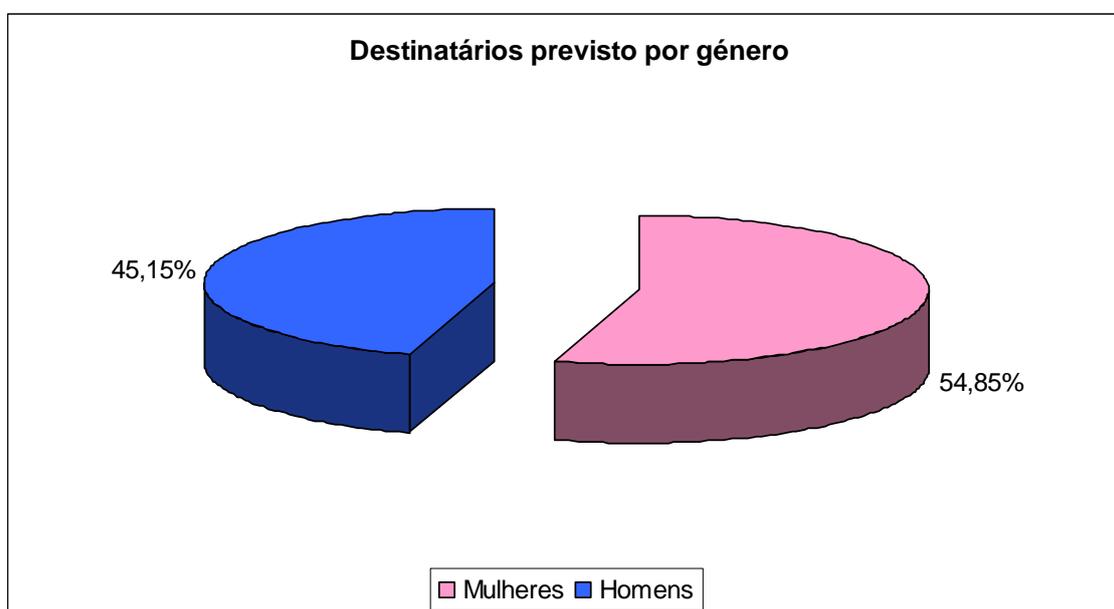


Finalmente, e no que respeita aos dados respeitantes ao nº de Destinatários a abranger, segundo o Grupo-alvo a que pertencem e Género, apresenta-se o seguinte gráfico:



Verifica-se a existência de uma predominância clara do grupo alvo Crianças e Jovens (30,41%), seguido do grupo "Outros" onde estão inscritos a comunidade, estudantes e pessoas empregadas (16,98%), encontrando-se no pólo oposto os grupos Sem Abrigo, Pessoas com Doença Mental, Pessoas com deficiência, Toxicodependentes e Pessoas com HIV/Sida totalizando 9,12 %.

No que respeita à distribuição dos destinatários face ao Género, e conforme se verifica no quadro seguinte, destaca-se o género feminino com uma percentagem ligeiramente superior (54,85 %) em relação ao Género Masculino (45,15 %).



3.1.2 MEDIDA 2.1 – ACESSIBILIDADES – FASE I

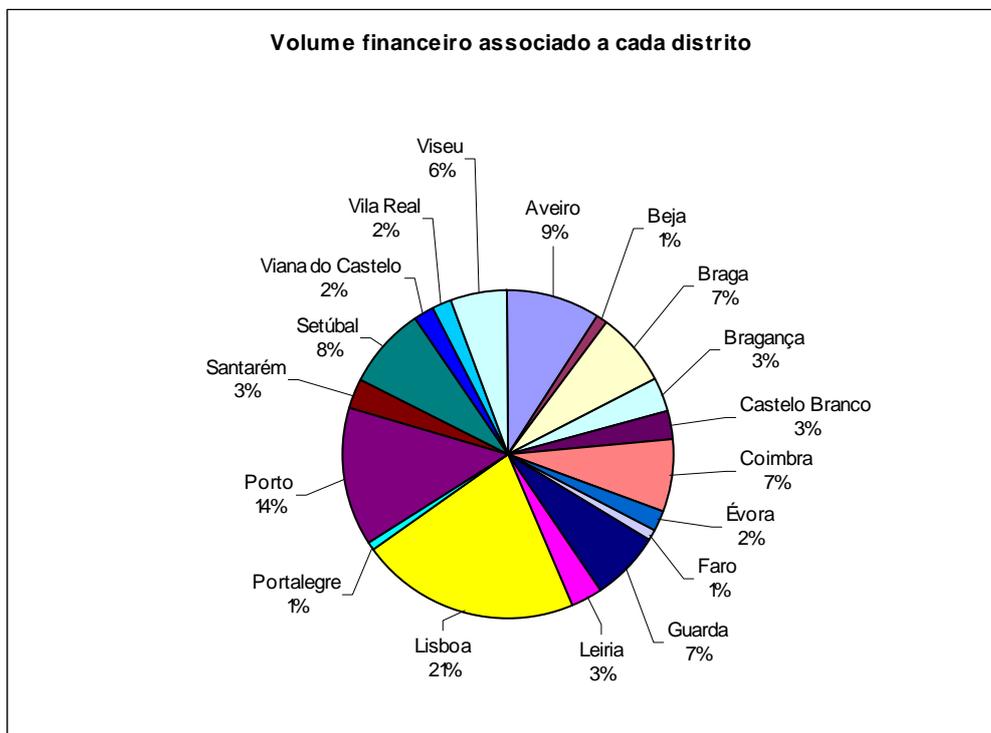
O financiamento atribuído, desde 2004, no âmbito desta Medida permitiu às entidades a aquisição do equipamento informático mínimo, indispensável à abertura e funcionamento do espaço internet, nomeadamente: 3 computadores, 1 impressora, 1 scanner, 1 router e hub e 1 software.

No ano de 2007, mantiveram-se aprovados 156 projectos, aos quais corresponde um volume financeiro de € 739.985,80, distribuído do seguinte modo:

Euros

Distrito	N.º de projectos	Volume Financeiro Associado
Aveiro	14	67.311,19
Beja	2	8.505,63
Braga	12	54.154,22
Bragança	5	24.079,86
Castelo Branco	5	21.516,91
Coimbra	11	53.095,27
Évora	3	14.343,69
Faro	2	8.721,83
Guarda	9	49.259,40
Leiria	5	22.574,48
Lisboa	33	156.502,94
Portalegre	2	7.422,43
Porto	20	100.465,82
Santarém	6	22.841,65
Setúbal	13	59.365,41
Viana do Castelo	3	14.736,51
Vila Real	2	14.231,83
Viseu	9	40.856,73
Total	156	739.985,80

Como se pode verificar pela análise do quadro e do gráfico abaixo, que apresenta a distribuição percentual por distrito do montante financeiro associado à Medida 2.1, o distrito que apresenta maior volume financeiro é o de Lisboa, o que se explica pelo facto de ter um maior número de projectos aprovados. Os distritos com menor volume financeiro são os distritos de Beja, Faro e Portalegre, uma vez que cada um destes tem apenas 2 projectos aprovados para esta Medida. O distrito de Vila Real, tal como os distritos anteriormente mencionados, possui também 2 projectos aprovados, no entanto uma das entidades beneficiárias tem como destinatários pessoas portadoras de deficiência, tendo por esse motivo solicitado verba para a aquisição de equipamento dirigido a este grupo-alvo, pelo que apresenta um volume financeiro superior para o mesmo número de projectos aprovados.



Assim, o financiamento total aprovado para a Medida 2.1 equivale aos seguintes indicadores físicos:

- Computadores – 494
- Impressoras – 163
- Impressoras/Scanner - 52
- Softwares – 501
- Scanner – 97
- Router/Hub/Switch – 167
- Equipamento para cidadãos com necessidades especiais – 164
- Ligação à internet – 66

3.2 EXECUÇÃO

3.2.1 MEDIDA 1.1 – COMPETÊNCIAS BÁSICAS – FASE II

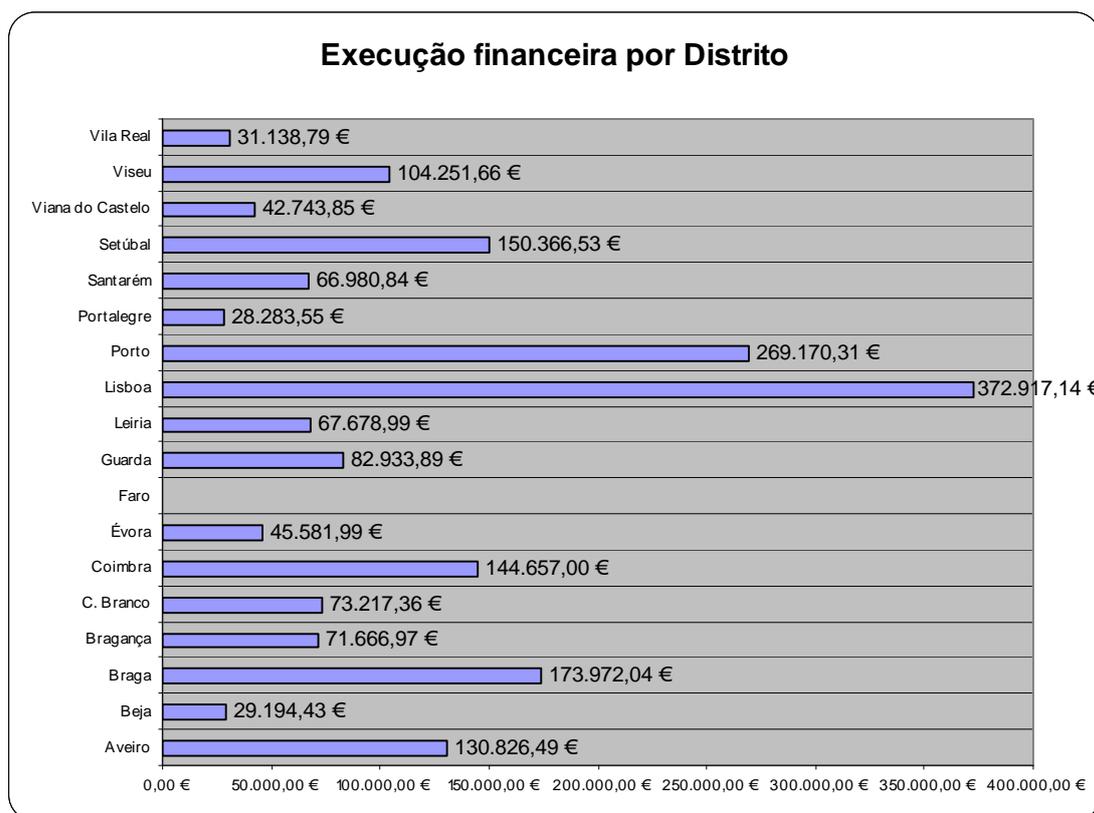
3.2.1.1 EXECUÇÃO FINANCEIRA

A taxa de execução financeira do *Programa Clique Solidário* no ano 2007 atingiu aproximadamente os 92% e, embora respeitante a outra fase de candidaturas, podemos verificar que a taxa de execução na fase II se manteve muito semelhante à dos anos anteriores (84% em 2004, 90% em 2005 e 89% em 2006).

	2007
Valor Aprovado em Contrato-Programa	2.051.936,46 €
Valor Executado	1.885.581,83 €
Taxa de Execução	92%

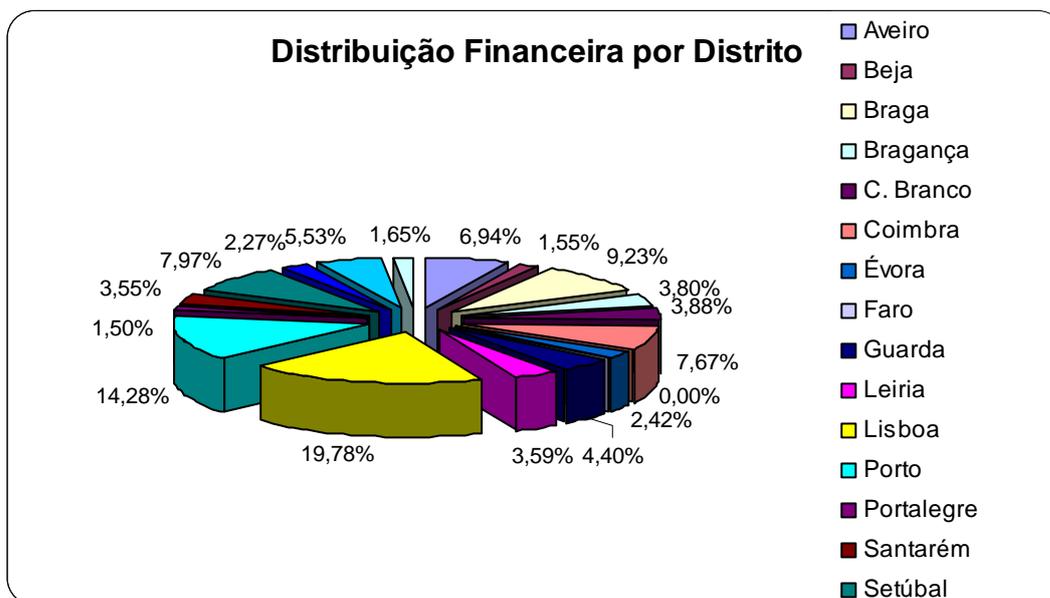
É de referir que os montantes aprovados para 2007 foram inferiores aos de 2005 e 2006, em termos absolutos. No entanto, em termos relativos, o ano de 2007 foi o que apresentou uma taxa mais elevada.

A execução financeira por distrito foi conforme mostra o seguinte gráfico:



Da análise do gráfico destacam-se os distritos de Lisboa, Porto e Braga, visto terem sido estes que registaram uma execução financeira mais significativa em termos absolutos. Tal é justificado pelo facto de terem um maior número de projectos aprovados. Embora o distrito de Coimbra tenha um número de projectos aprovados semelhantes ao de Braga, a sua execução, em termos absolutos e relativos, foi inferior. Por outro lado, o distrito de Setúbal, com igual número de projectos aprovado aos de Aveiro, obteve uma execução, em termos absolutos, muito superior à deste.

Analisando a distribuição por distrito, em termos percentuais, da execução financeira no ano 2007 obtemos o resultado que se segue:



Os distritos que tiveram um maior peso em termos financeiros foram: Lisboa, com 19,78% do montante total executado, Porto com 14,28%, Braga com 9,23% e Setúbal com 7,97€ e por fim, Coimbra e Aveiro com cerca de 7%.

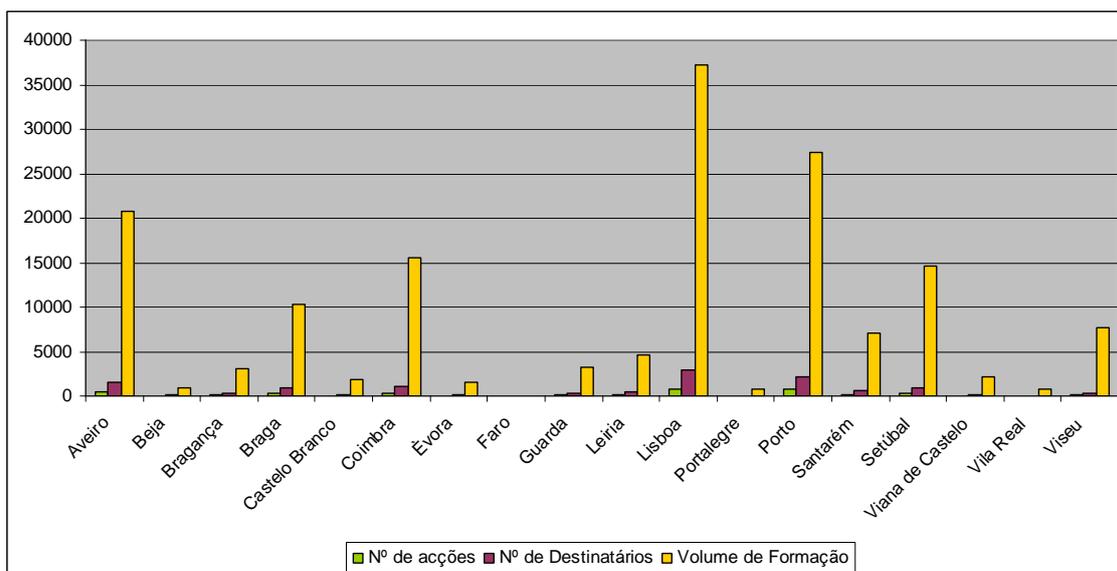
3.2.1.2 EXECUÇÃO FÍSICA

A. Total das Acções de Formação

No que respeita às acções de formação, estas tiveram a seguinte distribuição distrital:

Distrito	Nº de acções	Nº de Destinatários	Volume de Formação
Aveiro	442	1.548	20.756
Beja	28	83	996
Bragança	83	239	3.011
Braga	293	856	10.380
Castelo Branco	42	138	1.896
Coimbra	285	1.052	15.502
Évora	44	131	1.533
Faro	0	0	0
Guarda	123	364	3.264
Leiria	130	388	4.656
Lisboa	698	2.903	37.232
Portalegre	18	61	732
Porto	722	2.156	27.416
Santarém	165	625	7.095
Setúbal	243	921	14.590
Viana de Castelo	60	177	2.193
Vila Real	9	57	744
Viseu	130	382	7.670
TOTAL	3.515	12.081	159.666

Da análise do quadro e conforme os dados apresentados no seguinte gráfico, verifica-se que os distritos com maior execução física, medida em termos do número de acções, nº de destinatários e Volume de formação, foram os Distritos do Porto, Lisboa, Setúbal, Aveiro, Coimbra e Braga.



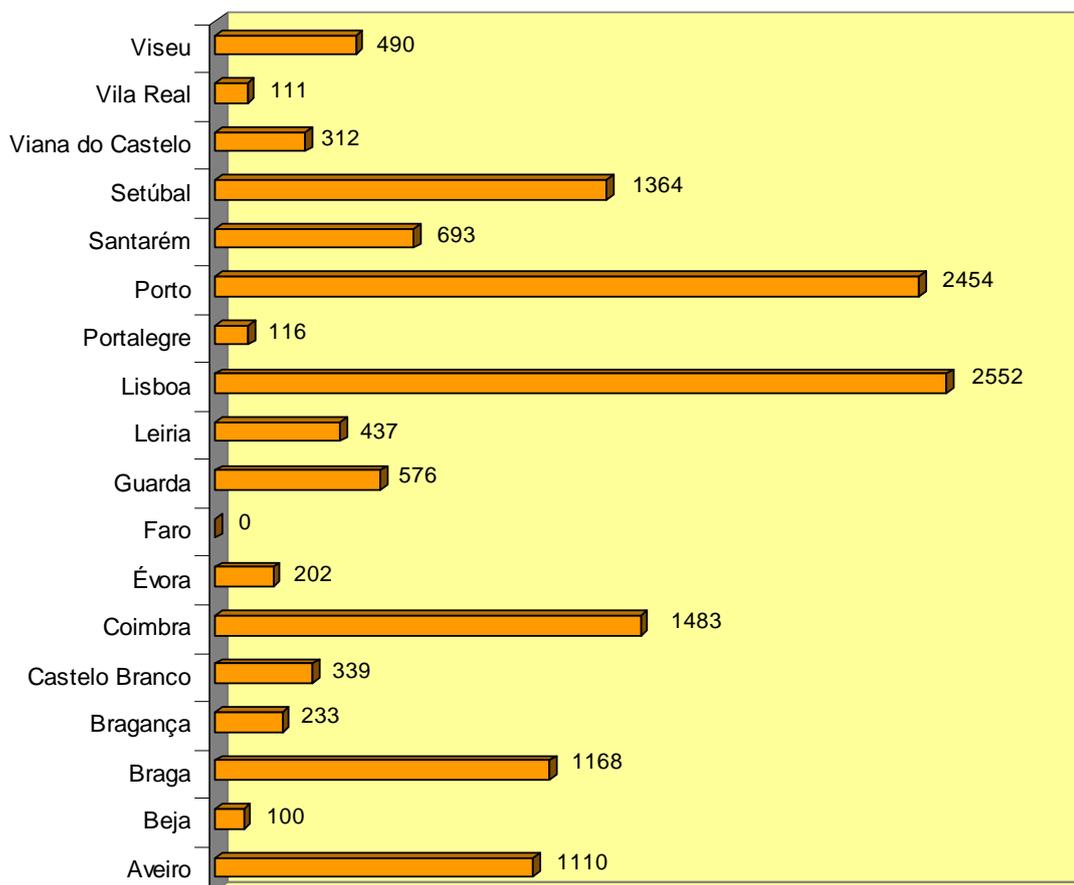
Pela análise do quadro seguinte, conclui-se que, em termos físicos os valores respeitantes ao executado são ligeiramente superiores ao previsto, mostrando que as entidades foram além do que propuseram.

	Nº acções	Nº de destinatários	Total Horas	Volume de Formação
Previstas	2933	10039	37775	128026
Realizadas	3515	12081	45889	159666
Taxa de Execução	119,84%	120,34%	121,48%	124,71%

B. DCB's atribuídos

O total nacional de **DCB's atribuídos** no ano 2007 foi de 13.740 e a distribuição distrital dos mesmos foi a seguinte:

Diplomas de Competências Básicas atribuídos

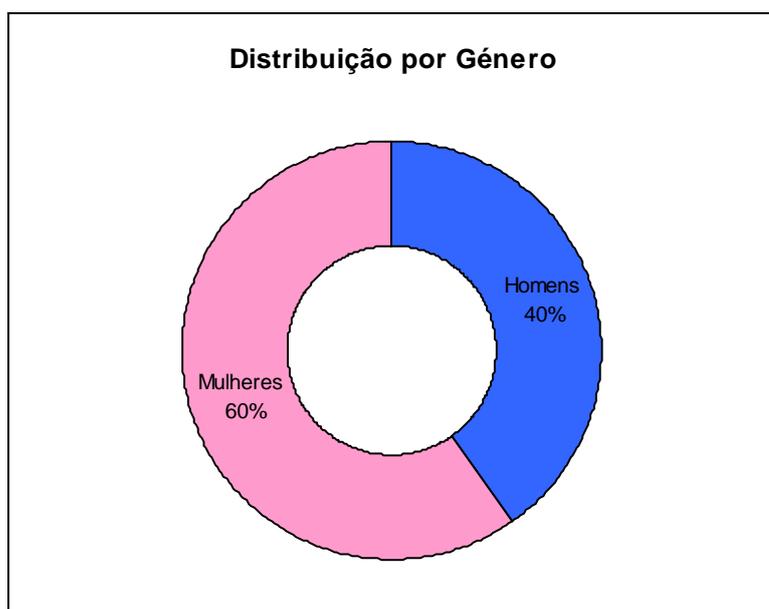


Acompanhando os números relativos ao total das acções, constata-se que os distritos que atribuíram maior número de DCB's (isto é, os que saíram aprovados das acções de certificação) foram os Distritos do Porto, Lisboa, Aveiro, Coimbra, Setúbal e Braga.

C. Caracterização dos Destinatários

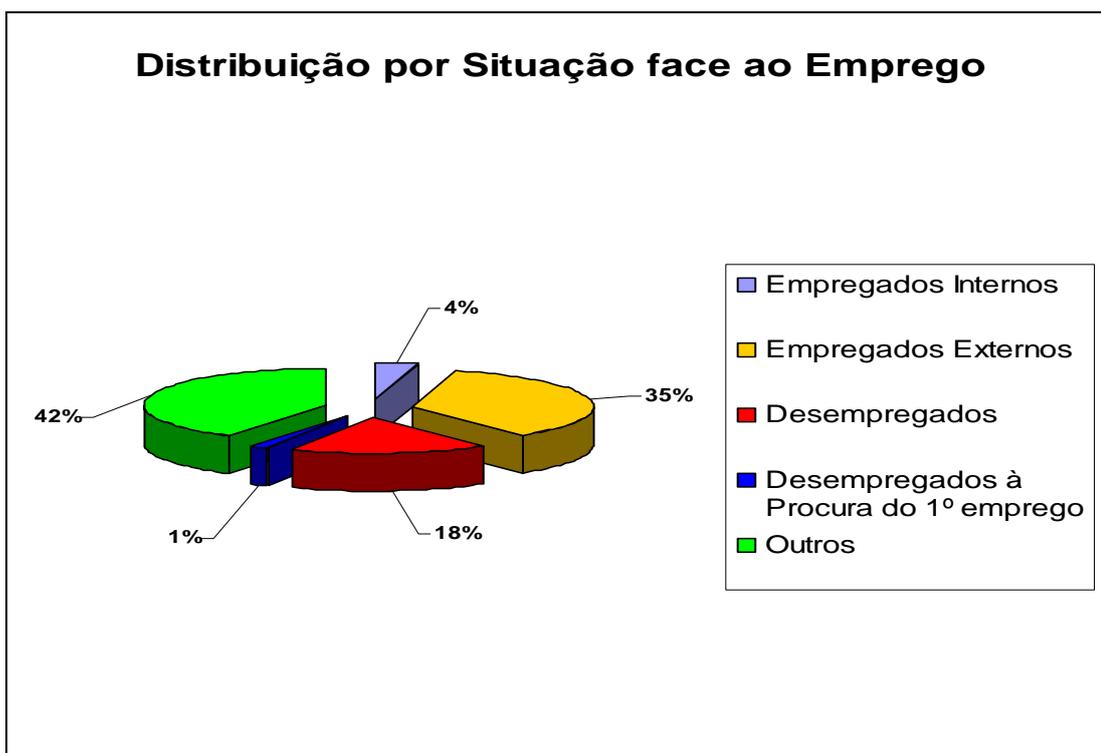
▪ **Acções de Certificação – Diplomas de Competências Básicas (DCB's) executados**

Relativamente aos destinatários das acções de certificação efectuadas durante o ano 2007, destaca-se que:

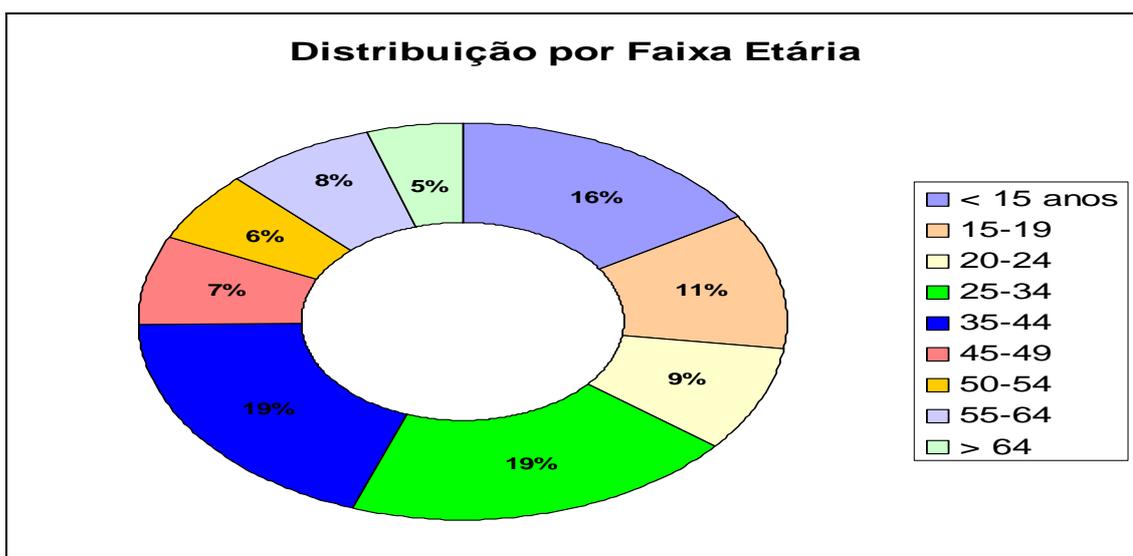


As mulheres têm um maior peso que os homens, sendo as primeiras 60% do total dos formandos e os homens 40% dos formandos.

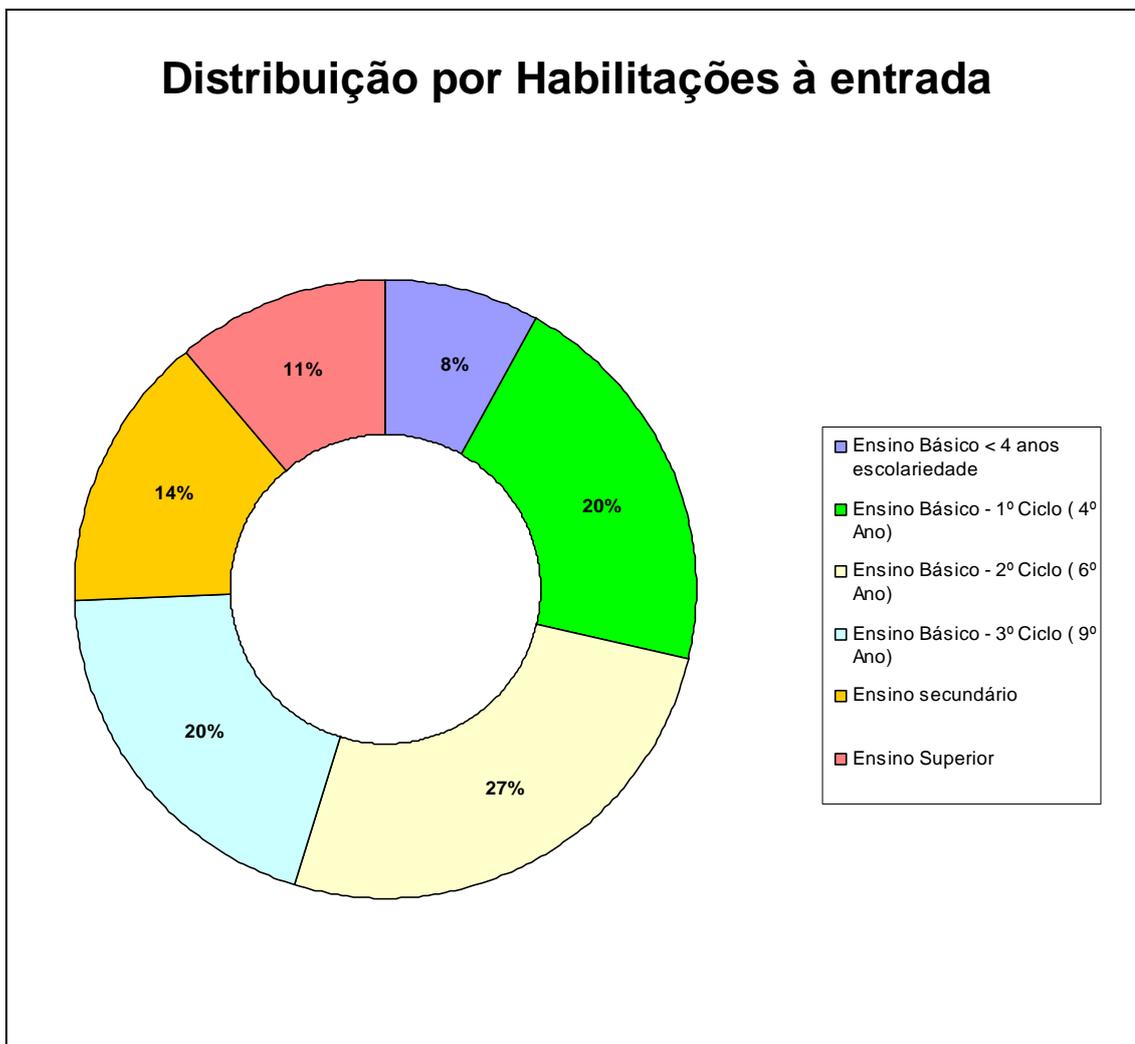
No que respeita à **situação face ao emprego** das pessoas que frequentaram a certificação, e conforme análise do seguinte gráfico, verifica-se que há uma grande diversidade de situações, sobressaindo no entanto o grupo dos empregados externos à instituição promotora da formação, sendo estes 35% do total. O grupo dos desempregados e desempregados à procura do 1º emprego também tem um peso relevante, sendo estes 19% do total. Contudo, é de salientar que a categoria "Outros" é a que apresenta maior peso, com 42% do total dos formandos, que não estando tipificada se supõe que de uma forma geral integre quase na sua totalidade estudantes, beneficiários de outras acções de formação e mesmo pessoas reformadas.



Relativamente à **Faixa Etária** a que pertencem, pode dizer-se que sensivelmente 55% da população em causa tem menos de 34 anos, e que destes, 38% tem idades entre 25 e os 44 anos. Podendo daqui concluir-se que quem procura a certificação em Competências Básicas são essencialmente pessoas em idade activa havendo, no entanto, procura por parte de pessoas de todas as faixas etárias, inclusive idosos (5% do total).

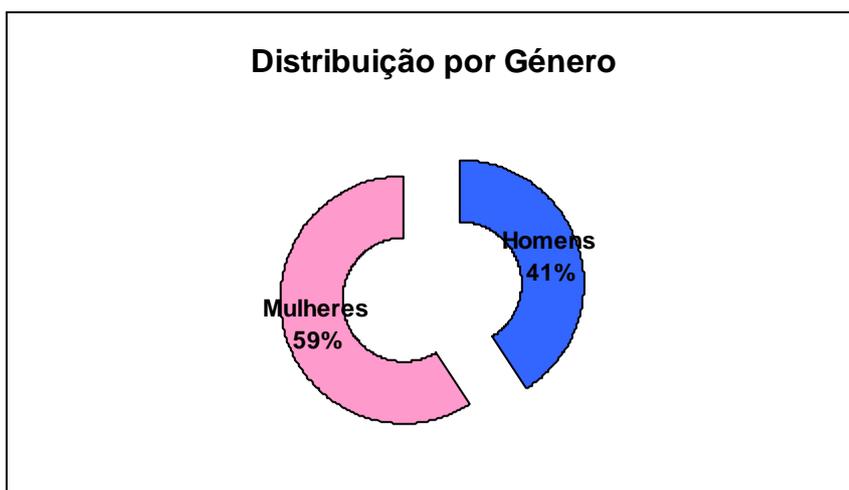


A distribuição por **habilitações à entrada** dos frequentadores das acções também é muito diverso, havendo uma maior incidência de formandos com o Ensino Básico – 2.º Ciclo (6.º ano), representando 27% do total, e com o Ensino Básico – 3.º Ciclo (9.º ano) representando 20%, assim como o Ensino Básico – 1º Ciclo (4º Ano) com 20% do total.

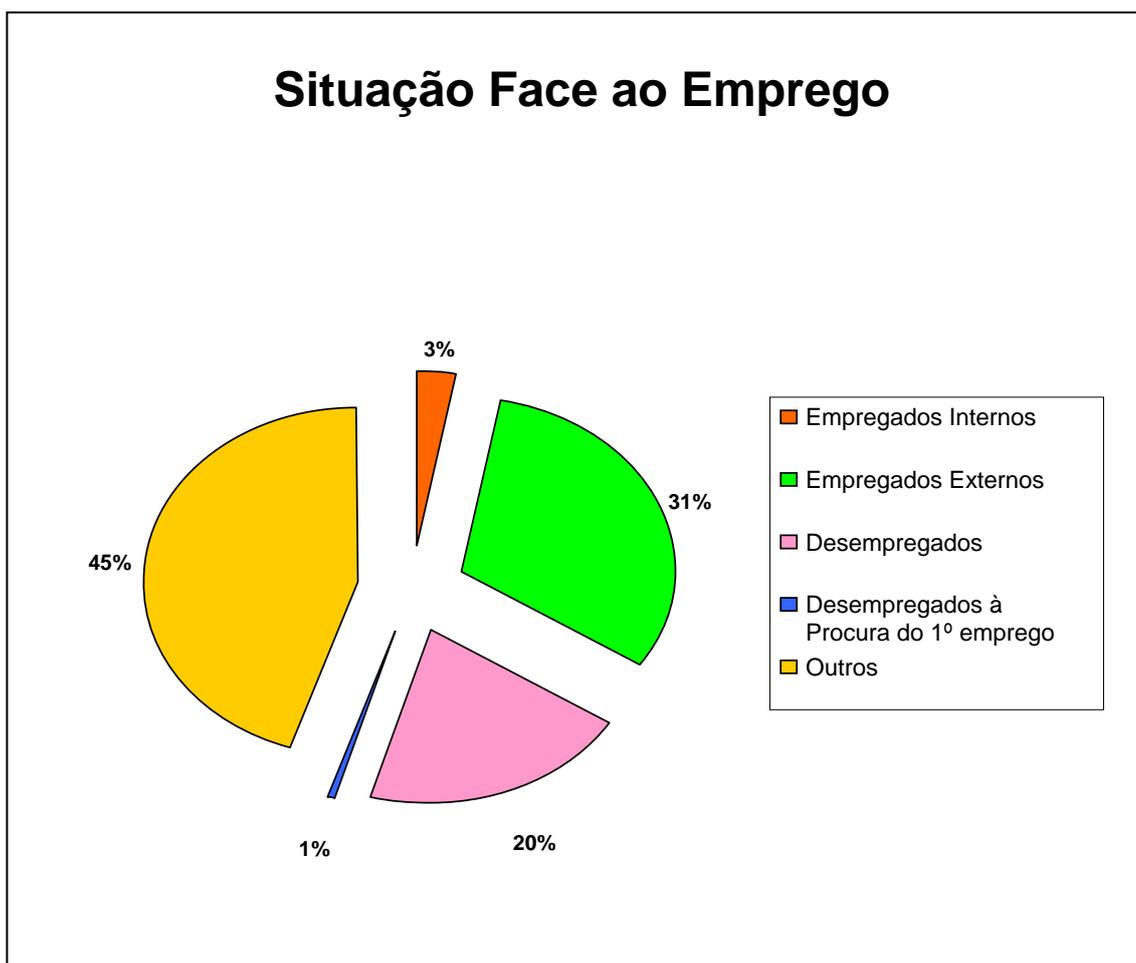


▪ **Acções de Formação em Tecnologias de Informação e Conhecimento (TIC's)**

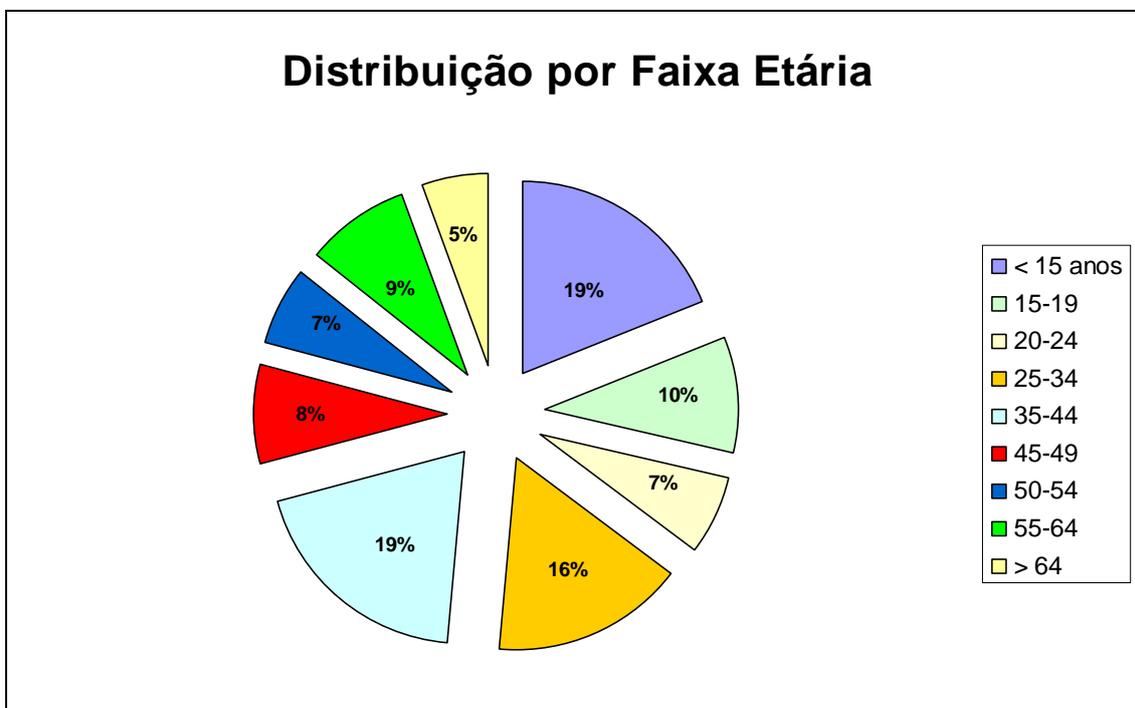
Relativamente aos destinatários das Acções de Formação, caracterizam-se da seguinte forma:



Tal como na certificação também nas acções de formação são as mulheres que têm um maior peso, sendo estas 59% do total enquanto os homens totalizam os restantes 41%.

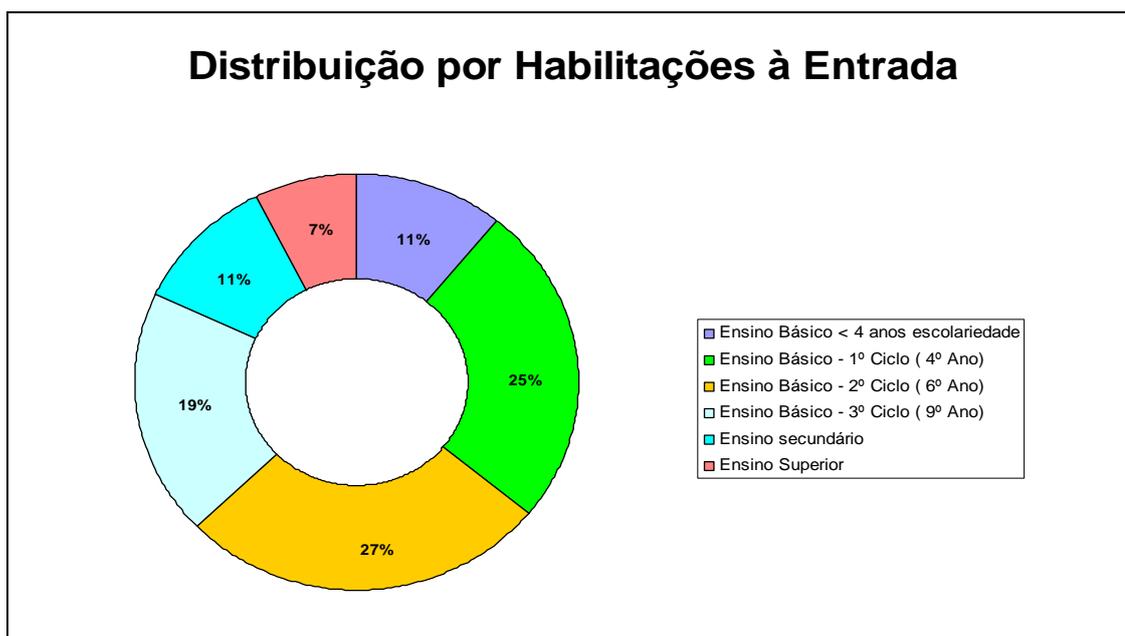


Quanto à **situação face ao emprego**, destaca-se o grupo dos empregados externos e uma vez mais é a tipologia “Outros” a que tem maior peso e na qual se inserem os jovens estudantes, reformados e beneficiários de outras acções de formação.



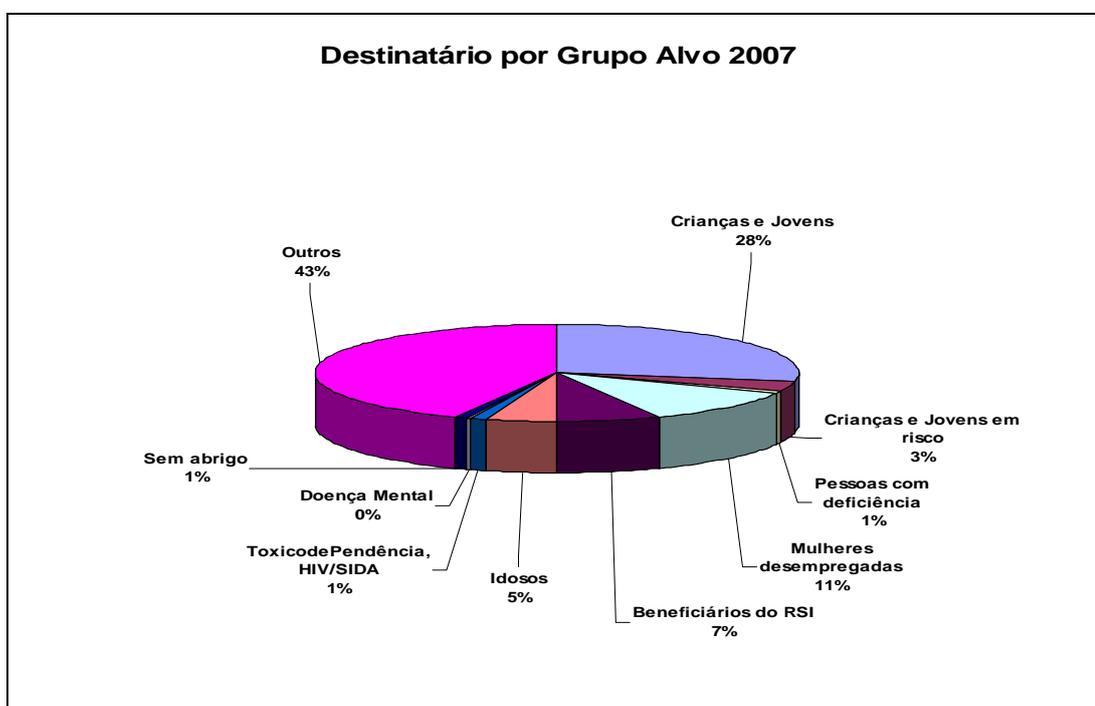
Quanto à **faixa etária** a que pertencem, as faixas etárias mais representativas são a dos menores de 15 anos e entre os 35 e os 44 anos, onde ambas apresentam respectivamente 19% do total. De salientar que 71% dos formandos têm menos de 44 anos, o que permite concluir que, embora todas as faixas etárias estejam representadas, a maioria dos formandos são jovens.

Da análise do seguinte quadro, e no que respeita às **Habilitações à Entrada** verifica-se que 82% dos destinatários, à entrada na formação, tinha ou estava a frequentar o Ensino Básico e apenas 18% tinha habilitações ao nível do Ensino Secundário ou Ensino Superior.



▪ **Caracterização por Grupo Alvo dos destinatários das Acções**

Finalmente, e no que respeita à distribuição dos destinatários das acções por grupo-alvo, apresenta-se o seguinte gráfico:



Verifica-se que, dos diversos grupos-alvo, sobressai o grupo das crianças e jovens, onde com a inclusão de menores em risco atinge-se 31% do total de destinatários.

Contudo, é a categoria "Outros" é a que apresenta maior peso, com 43% do total dos destinatários, que não estando tipificada se considera a inscrição neste grupo de estudantes, beneficiários de outras acções de formação, adultos desempregados e empregados e ainda indivíduos reformados.

3.2.2 MEDIDA 2.1 – ACESSIBILIDADES – FASE I

Durante o período de 2004 a 2007, no âmbito desta Medida, mantiveram-se os 156 projectos aprovados, tendo correspondido a um volume financeiro de 710.223,43 Euros, distribuído do seguinte modo:

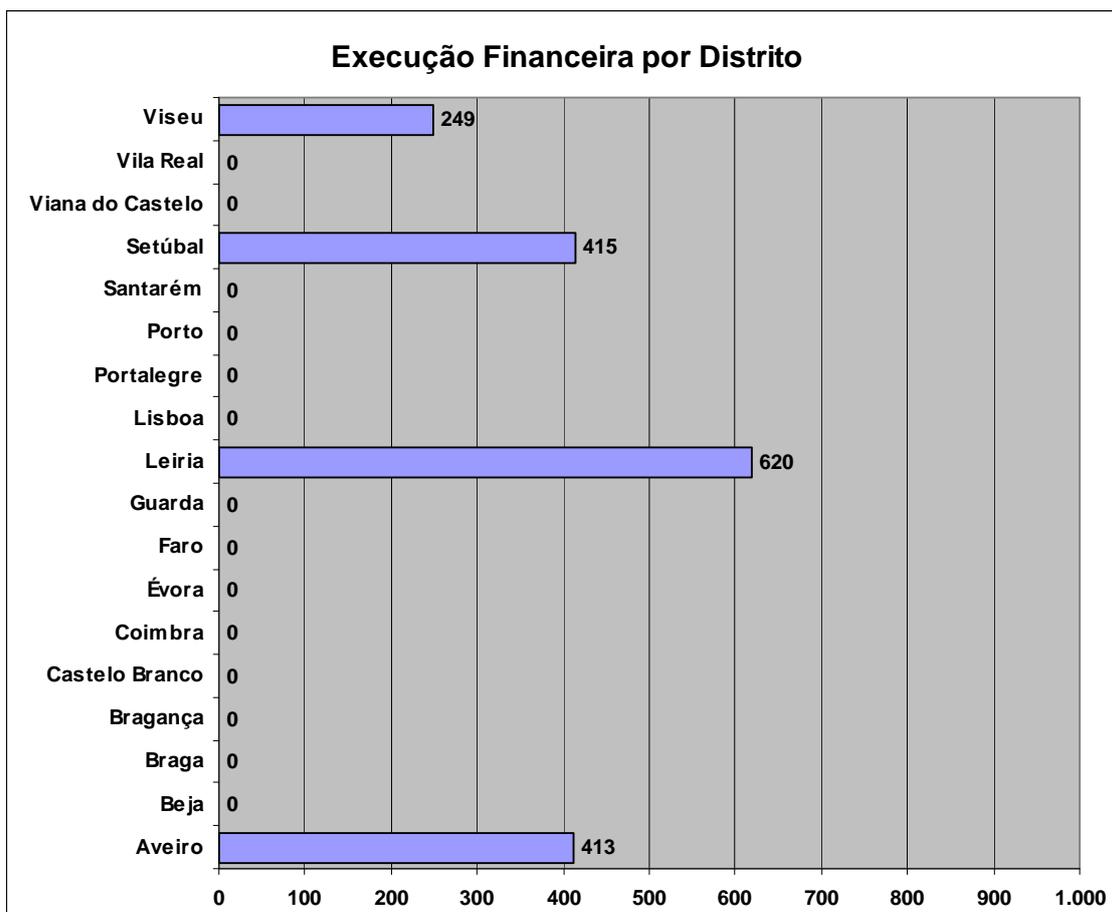
	2004	2005	2006	2007	Total
Valor Aprovado em Contrato-Programa	739.985,80				
Valor Executado	218.006,06 €	434.816,27 €	55.704,23 €	1.696,87 €	710.223,43 €
Taxa de Execução	29,46%	58,76%	7,53%	0,22%	95,98%

Os montantes executados em 2007 dizem respeito unicamente aos 2.^{os} Pedidos de Pagamento de cinco entidades beneficiárias, pelo que o valor é bastante diminuto.

Entre 2004 e 2006, foi executada a quase totalidade da despesa, considerando-se, assim, os valores relativos a 2007 como meramente residuais, uma vez que são referentes a um pequeno conjunto de entidades que adquiriu ainda, durante o ano de 2006, algum equipamento e que em 2007 nos apresentou e solicitou o reembolso dessa despesa. Estas aquisições devem-se ao facto de estas entidades ainda disporem de alguma verba, após as suas aquisições iniciais de equipamento para apetrechamento dos espaços Internet, dotando, assim, os espaços de mais algum equipamento e servindo até para complementar ou substituir equipamento que tenha sofrido alguma deterioração durante o período de três anos, em que a maioria dos espaços se encontra a funcionar.

O valor relativamente baixo da execução deste ano é, assim, fortemente justificada, tendo em conta que estas entidades executaram as verbas residuais dos seus orçamentos. Este cenário relativo a 2007 era já de certa forma expectável, uma vez que se caminha para o encerramento dos projectos.

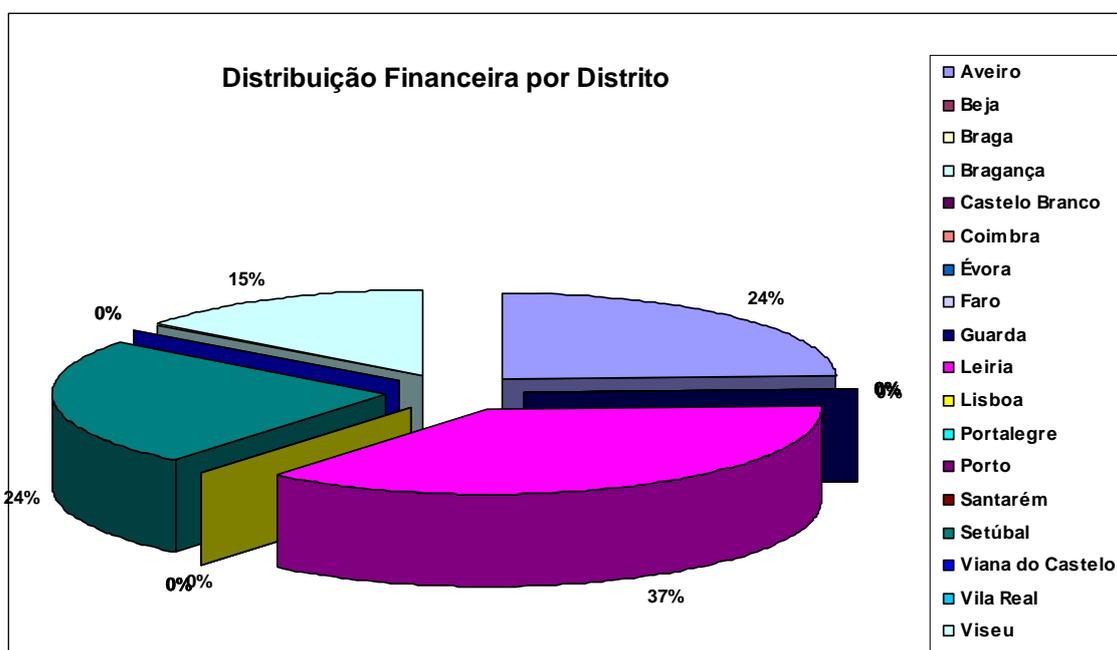
O montante global executado em 2007 é afecto a cada um dos Distritos no gráfico abaixo, de forma a observar-se a execução financeira por Distrito.



Da análise do gráfico destaca-se o Distrito de Leiria, com o maior valor de despesa apresentado. Os distritos de Aveiro e Setúbal, em 2006, não haviam apresentado qualquer execução, levando a prever-se que todos os projectos já estariam concluídos, no entanto apresentaram, em 2007, despesa relativa a 2.^{os} Pedidos de Pagamento, pelo facto de os projectos em causa ainda possuírem verbas por executar.

Para além disso e tendo em conta que a execução deste ano se deve apenas à apresentação de 5 Pedidos de Pagamento, perspectivava-se que no máximo só 5 Distritos teriam execução, justificando, assim, o facto de a maioria dos Distritos apresentar execução zero. Contudo verificou-se que apenas 4 Distritos executaram verbas neste ano, uma vez que o distrito de Aveiro teve 2 projectos a solicitar o reembolso de despesa.

A distribuição financeira por Distrito da execução de 2007 pode ainda ser observada em termos percentuais, no gráfico seguinte:



Os Distritos que tiveram um maior peso em termos financeiros foram: Leiria, com 37% do montante total executado, seguido de Aveiro e Setúbal, ambos com 24%. O restante Distrito, ou seja, Viseu apresenta uma taxa de 15%.

Do ponto de vista físico, e conforme o seguinte quadro, foram adquiridos os seguintes equipamentos informáticos:

Equipamento adquirido entre 2004 e 2007																		
Distritos	Nº Projecto Aprobados	Equipamento															Ligação à Internet	TOTAL
		Computador	Impressora	Impressora multifunções	Software	Scanner	Router/ Hub/Switch	Equipamentos activos de rede	Equip. Cidadão com NE									
									Monitor	Teclado	Leitor de Ecrã	Impressora	PT Voz Activa	Rato	Softwares	Outros		
Aveiro	14	46	18	4	53	9	14	3	7	1	0	0	0	3	16	3	7	182
Beja	2	6	4	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	15
Barga	12	38	14	2	38	8	18	11	1	0	0	0	0	0	1	5	5	141
Bragança	5	15	6	1	10	3	5	3	0	0	1	0	1	0	0	0	2	47
Castelo Branco	5	14	5	0	13	4	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	45
Coimbra	11	35	11	1	54	8	13	2	1	1	2	0	0	6	1	0	5	140
Évora	3	9	3	0	11	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	28
Faro	2	7	3	0	7	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20
Guarda	9	18	5	0	8	3	5	10	0	1	0	0	0	1	5	0	2	58
Leiria	5	13	5	1	17	4	9	3	0	0	0	0	0	0	4	29	1	69
Lisboa	33	123	26	34	97	19	35	16	3	1	0	0	0	0	6	13	11	384
Portalegre	2	6	2	0	1	2	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	16
Porto	20	67	28	0	71	13	19	8	3	1	0	0	6	2	1	37	11	267
Santarém	6	12	9	3	17	3	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	52
Setúbal	13	39	10	5	60	5	12	0	0	1	0	0	0	0	4	2	5	142
Viana Castelo	3	9	5	0	7	3	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	29
Vila Real	2	7	1	0	6	1	3	4	0	0	3	0	0	1	0	0	3	29
Viseu	9	27	11	1	28	6	9	1	2	0	0	0	0	0	0	5	2	91
TOTAL	156	491	166	52	498	95	165	62	17	6	6	0	7	13	38	94	66	1755

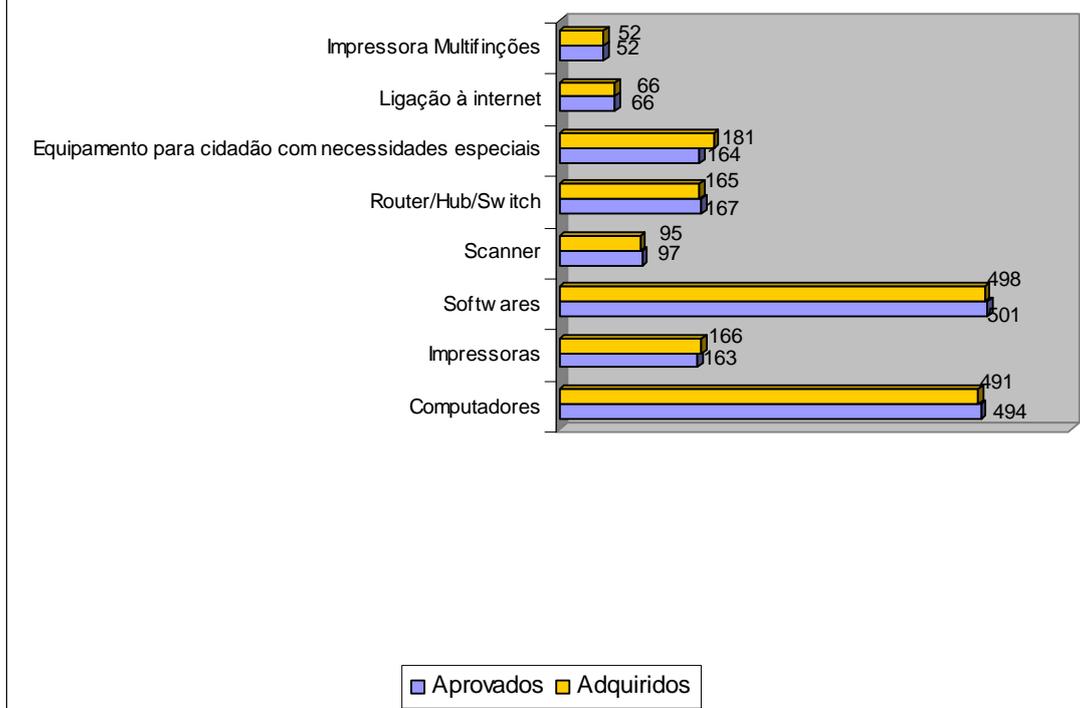
Sobressai assim, a aquisição de 491 computadores, 218 impressoras (52 delas multifunções) e 498 licenças de software.

De salientar ainda que, no que respeita a cidadãos com necessidades especiais, foram adquiridos um total de 181 equipamentos específicos (monitores, teclados, leitores de ecrã, ratos, software e outros).

Se compararmos o total do equipamento acumulado no ano de 2006, verifica-se apenas um crescimento ao nível das impressoras e equipamento para cidadãos com necessidades especiais.

Se compararmos os equipamentos aprovados em candidatura com os valores executados entre 2004 e 2007, podemos constatar que são também as impressoras e os equipamentos para pessoas com necessidades especiais adquiridos que ultrapassam as quantidades aprovadas. Podemos verificar igualmente que todos os componentes se aproximam dos 100% de execução.

Equipamento aprovado/aquirido entre 2004 e 2007



4. INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE DO PROGRAMA CLIQUE SOLIDÁRIO

De acordo com a legislação nacional e comunitária aplicável, o financiamento concedido por fundos comunitários deve ser devidamente informado e publicitado.

Dando cumprimento a esta obrigação, no âmbito do Programa Clique Solidário foram desenvolvidas as seguintes actividades:

Encontro de Trabalho Clique Solidário

Após os três anos de monitorização e avaliação, a nível central e distrital, dos projectos em execução no âmbito do Programa Clique Solidário, e da aprovação de novas candidaturas para o ano de 2007, considerou-se pertinente a realização de mais um Encontro de âmbito nacional que reunisse todos os protagonistas do acompanhamento Técnico-Pedagógico e Contabilístico-Financeiro aos projectos.

O referido Encontro decorreu no dia 17-04-2007 no Serviço de Atendimento de Santarém e teve como objectivos gerais:

1. Apresentar os resultados alcançados até ao final do ano 2005;
2. Congregar esforços no sentido de tornar possível o encerramento de 100% dos projectos da Medida 1.1 e da Medida 2.1 da Fase I;
3. Partilhar “boas-práticas” e a aprendizagem resultante do acompanhamento dos projectos na Fase I, de forma a facilitar a monitorização de 100% dos projectos e melhorar a eficácia do acompanhamento na Fase II do Programa.

A documentação referente à realização deste Encontro consta do *Anexo II*.

Divulgação do filme sobre o Programa Clique Solidário

O filme sobre o Programa Clique Solidário foi divulgado em diversos contextos, sempre que se demonstrou necessário apresentar os resultados alcançados pelo Programa. Além disso, procedeu-se a esta divulgação através do envio de cópias do filme aos CDsit. e aos projectos que participaram na sua produção.

5. SISTEMA DE INFORMAÇÃO

No que se refere à Medida 2.1 – Acessibilidades, financiada no âmbito do FEDER, prosseguiu-se com o carregamento, no SIGPOSC, dos dados relativos à execução dos projectos FEDER neste ano.

No que diz respeito à Medida 1.1 – Competências Básicas, financiada no âmbito do FSE, conforme se registou nos anos transactos, não foi disponibilizado pelo POS_C qualquer sistema de informação para o carregamento dos dados.

Assim, a informação prestada pelo ISS, I.P. foi registada em folhas de cálculo Excel elaboradas para o efeito.

6. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A Medida Assistência Técnica pressupõe a apresentação de orçamento anual para aprovação do Gabinete de Gestão do POS_C e visa apoiar financeiramente o Instituto de Segurança Social para o acréscimo de trabalho que decorre do contrato-programa “*Clique Solidário*”.

Neste contexto, pretende-se, com o quadro abaixo, sintetizar a execução ocorrida no ano 2007, no montante de 166.956,49 €, correspondente a uma taxa de 92,75%.

Rubricas	Orçamentado	Executado	%
Encargos com a Equipa do Projecto	156.517,35	153.016,82	97,76%
Funcionamento	23.482,65	13.939,67	59,36%
Total	180.000,00	166.956,49	92,75%

Muito embora a execução tenha sido inferior ao valor aprovado, a mesma teve um aumento, em termos absolutos e relativos, quando comparada com a execução registada no ano transacto.

Numa análise detalhada da execução por rubrica, podemos verificar que a rubrica Encargos com a Equipa do Projecto registou uma execução na ordem dos 98%.

A rubrica Funcionamento registou uma execução de cerca de 59%. Quando comparada com o total da despesa registada, o peso desta rubrica é diminuto, e traduz-se num nível de execução de 8%.

A justificação, para esta ordem de grandeza, reside na imputação, para além das despesas previstas, do aluguer das instalações onde se encontra a equipa técnica do Programa.

No ano 2007, foi financiado no âmbito desta Medida o Encontro de Trabalho mencionado no ponto 4 do presente relatório.

CONCLUSÃO

O ano 2007 da execução dos projectos Clique Solidário foi marcado pelo arranque e desenvolvimento dos projectos da Fase II.

O acompanhamento e monitorização dos projectos em execução, quer da Fase I, quer da nova Fase, atingiu cerca de 100% neste ano.

Assim, no final do ano a maior parte dos projectos já não apresentavam quaisquer recomendações, encontrando-se em condições de ser encerrados administrativamente.

Fazendo um balanço da actividade prevista para a Fase I e II do programa, podemos concluir que praticamente todos os objectivos previstos foram alcançados, quer em termos de número de destinatários, quer em termos de acções de formação e certificação realizadas, quer em número de DCB's atribuídos.

ANEXOS

ANEXO I

**Manual de Orientações para a realização de acções de
acompanhamento aos projectos**



União Europeia
Fundos Estruturais



PROGRAMA CLIQUE SOLIDÁRIO

Medida 1.1 – Competências Básicas

Medida 2.1 – Acessibilidades

MANUAL DE ORIENTAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DE ACÇÕES DE ACOMPANHAMENTO AOS PROJECTOS

Instituto da Segurança Social, I. P.

Gabinete Técnico de Apoio para os Fundos e Programas Europeus
Rua Castilho, n.º 24 – 9º andar 1250 - 069 LISBOA – Telef.: 21 350 72 91 – Fax: 21 350 72 90



União Europeia
Fundos Estruturais



SEGURANÇA SOCIAL



Antes da visita de acompanhamento:

1. Informar a entidade da realização da visita de acompanhamento, nomeadamente data e hora, salientando que a contabilidade da Instituição deve estar acessível para consulta e que é de todo o interesse o contabilista da entidade acompanhar a visita;
2. Articular com o GTAFPE para actualizar a informação necessária à realização da visita, nomeadamente através da verificação dos Pedidos de Reembolso, Pedidos de Alteração, Pedidos de Saldo Intermédio e Pedido de Saldo Final enviados pela entidade referentes à Medida 1.1, assim como do(s) pedido(s) de pagamento e do relatório final referentes ao projecto da Medida 2.1;
3. Analisar os relatórios de visita de acompanhamento já emitidos;
4. Preparar instrumentos de acompanhamento:
 - Medida 1.1 – *Formulário de acompanhamento FSE*;
 - Medida 2.1 – *Formulário de acompanhamento FEDER*;
 - *Listagem do equipamento preenchida*;
 - *Relatório de contagem física*;
 - Cópia dos últimos relatórios emitidos e enviados à entidade.



União Europeia
Fundos Estruturais



SEGURANÇA SOCIAL



Durante a visita de acompanhamento:

- A. O acompanhamento deve incidir sobre:
 - ✓ Análise do projecto da Medida 1.1 (dossier técnico-pedagógico e dossier contabilístico-financeiro);
 - ✓ Análise do projecto da Medida 2.1 (dossier do projecto);
2. Preencher os *Formulários de acompanhamento* das duas Medidas;
3. No que diz respeito à Medida 2.1, deve ser efectuada a contagem do equipamento através da *Listagem do equipamento* (Anexo ao Formulário de Acompanhamento FEDER) e preenchido o *Relatório de contagem física*.



União Europeia
Fundos Estruturais



Após a visita de acompanhamento:

- A. Introduzir, informaticamente, nos *Formulários de acompanhamento (FSE - Anexo I e FEDER – Anexo II)*, na *Listagem do equipamento (Anexo III)* e no *Relatório de contagem física (Anexo IV)* os resultados da visita e elaborar os *Relatórios de acompanhamento (FSE - Anexo V e FEDER – Anexo VI)*, no prazo de 5 dias;
- B. Enviar ao GTAFPE os *Relatórios de acompanhamento* a fim de serem analisados e incluídos os eventuais contributos;
- C. Emissão de resposta do GTAFPE com eventuais contributos, no prazo de 5 dias;
- D. Elaborar informação ao Director do CDSS (**Anexo VIII**), anexando os Formulários e os respectivos Relatórios de acompanhamento, bem como o ofício de envio dos relatórios à entidade (**Anexo VII**);
- E. Enviar de ofício com os relatórios de acompanhamento à entidade em carta registada e com aviso de recepção;
- F. Enviar todos os documentos elaborados no âmbito da visita de acompanhamento ao GTAFPE (endereço: Rua Rosa Araújo, n.º 43 – 1250-194 Lisboa), no prazo de 2 dias.

ANEXO II

**Documentos apresentados no Encontro Nacional do
Programa Clique Solidário**

17-04-2007



- Contrato-Programa entre o ISS, IP e o POS_C
- Criação de uma sociedade de informação inclusiva



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



POS_CONHECIMENTO
Programa Operacional Sociedade do Conhecimento



Município de Évora - 2009 10

Medidas de Financiamento

Medida 1.1
Competências Básicas



FSE



Ações de natureza formativa conducentes à atribuição de DCB's

Medida 2.1
Acessibilidades



FEDER



Aquisição de equipamento para instalação de um espaço internet



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



POS_CONHECIMENTO
Programa Operacional Sociedade do Conhecimento



Município de Évora - 2009 10



clique solidário

EXECUÇÃO

Medida 1.1 (FSE)

UNIAO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

POS_CONHECIMENTO
Programa Operacional Sociedade do Conhecimento

UNIAO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

Execução Física (até Dez. 2005)



Foram abrangidos:



- 30.075 pessoas
- 23.169 destinatários de acções de natureza formativa
- 21.997 destinatários de acções de certificação

Foram atribuídos:

- 21.647 DCB's

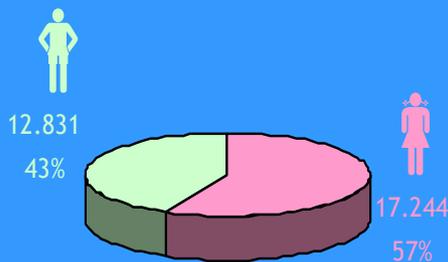


UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



GOV. PORTUGAL

Distribuição dos destinatários abrangidos por género

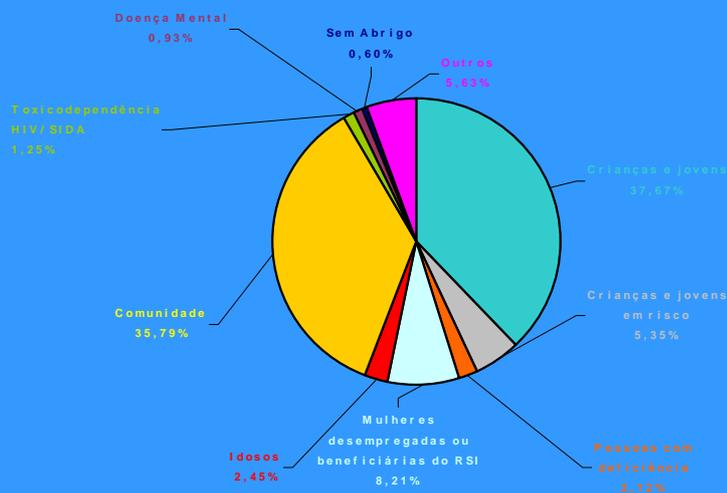


UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



GOV. PORTUGAL

Distribuição dos destinatários abrangidos por grupo alvo



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

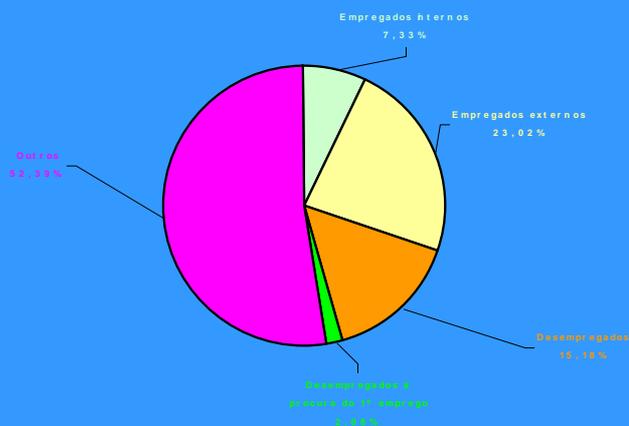


Programa Operacional Sociedade do Conhecimento



NUTRI 2014-2020

Distribuição dos destinatários abrangidos por situação face ao emprego



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

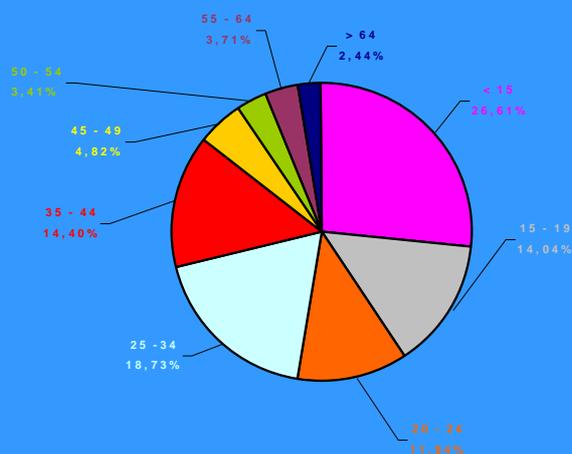


Programa Operacional Sociedade do Conhecimento



NUTRI 2014-2020

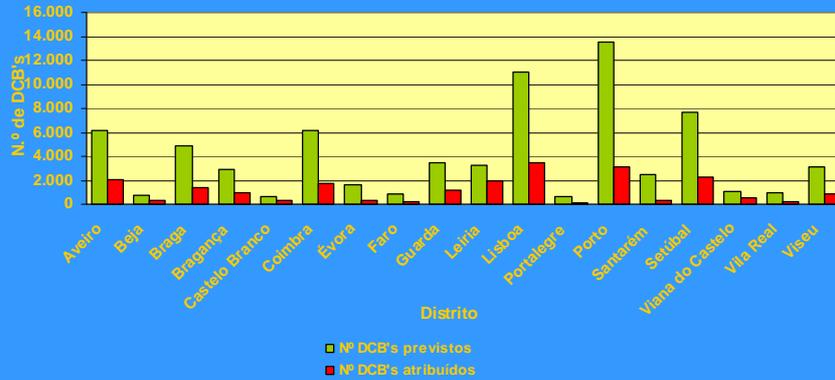
Distribuição dos destinatários abrangidos por grupo etário



Distribuição das Acções de Natureza Formativa por distrito

Distrito	Nº acções	Nº de destinatários	Volume de Formação
Aveiro	671	2.440	29.957
Beja	102	304	4.316
Braga	530	1.991	16.790
Bragança	468	1.389	13.411
Castelo Branco	126	374	5.993
Coimbra	642	2.090	24.414
Évora	79	226	2.620
Faro	51	151	1.787
Guarões	343	1.132	15.268
Leiria	321	1.560	16.720
Lisboa	1.401	4.524	55.128
Portalegre	66	209	1.076
Ponte	1.892	3.301	40.613
Santarém	179	399	4.885
Setúbal	707	2.173	32.199
Viana do Castelo	92	273	3.447
Vila Real	72	226	2.198
Viseu	239	816	13.483
TOTAL	7.128	23.169	287.711

Nº de DCB's previstos/atribuídos



UNIAO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



Programa Operacional Sociedade do Conhecimento



REGIÃO ALGARVE, S.A.

Execução Financeira (até Dez. 2005)



	Ano de 2004	Ano de 2005	Total
Valor Aprovado	1.463.752,84 €	2.365.900,83 €	5.989.379,82 €
Valor Executado	1.230.401,77 €	2.009.098,16 €	3.239.499,93 €
Taxa de Execução	84 %	85 %	54 %



UNIAO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

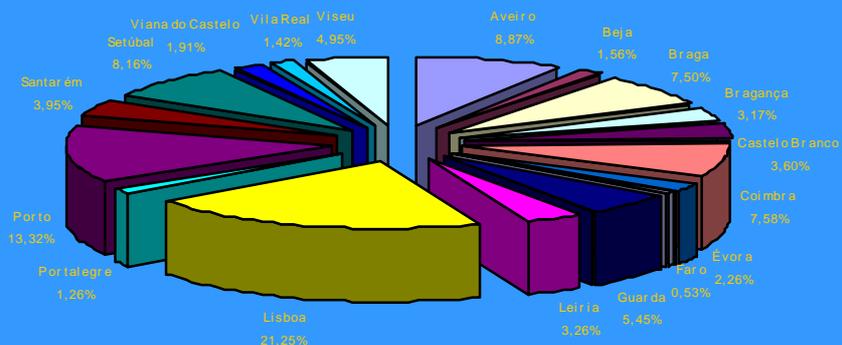


Programa Operacional Sociedade do Conhecimento



REGIÃO ALGARVE, S.A.

Distribuição Financeira por Distrito



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

POS CONHECIMENTO

Programa Operacional Sociedade do Conhecimento



GOV. PORTUGAL

EXECUÇÃO Medida 2.1 (FEDER)



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

POS CONHECIMENTO

Programa Operacional Sociedade do Conhecimento



GOV. PORTUGAL

Execução Financeira (até Dez. 2005)



	Ano de 2004	Ano de 2005	Total
Valor Aprovado	739.985,80 €		
Valor Executado	219.749,12 €	434.616,87 €	654.365,99 €
Taxa de Execução	29,53%	58,73%	88,43%

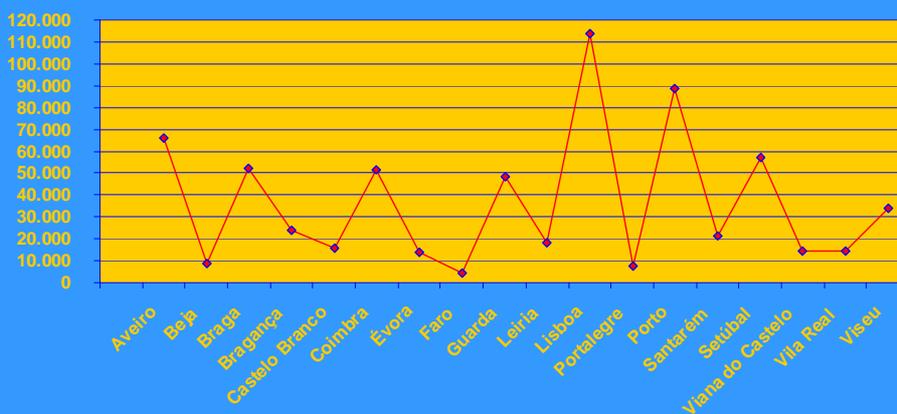


UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



REPÚBLICA PORTUGUESA

Distribuição Financeira por Distrito



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



REPÚBLICA PORTUGUESA

Equipamento Financiado



Equipamento	Previsto	Executado	Taxa de Execução
Computadores	452	460	102%
Impressoras / Scanners	294	290	99%
Softwares	174	427	245%
Router / Hub / Switch	149	139	93%
Equipamentos para Cidadãos com Necessidades Especiais	21	90	429%
Ligação à Internet	122	59	48%



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

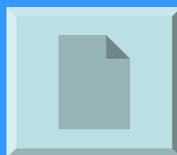


Programa Operacional Sociedade do Conhecimento



Município de Loures

Plano de Acção de 2007



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



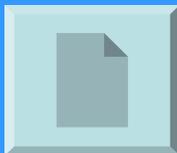
Programa Operacional Sociedade do Conhecimento



Município de Loures

Plano de Acção ISS, IP						PROGRAMAÇÃO	
Área Funcional	Gabinete Técnico de Apoio para os Fundos e Programas Europeus						
Unidade Orgânica	Gabinete Técnico de Apoio para os Fundos e Programas Europeus						
OBJECTIVO	Reforçar a Protecção Social Combater a exclusão Monitorizar e avaliar 100% dos projectos financiados no âmbito do Programa Clique Solidário						
Indicador de Medida	N.º de projectos monitorizados e avaliados no âmbito do Programa Clique Solidário	Definição ou características	Avalia o grau de monitorização dos projectos financiados no âmbito do Programa Clique Solidário				
Fórmula	$(N.º \text{ de projectos monitorizados e avaliados no âmbito do Programa Clique Solidário} / N.º \text{ total de projectos em execução no âmbito do Programa Clique Solidário}) \times 100\%$	Leitura	Uma % igual ou superior a 100 significa que o objectivo foi atingido				
N.º	Actividades [O quê?]	Responsável	Intervenientes [Quem?]	Prazos Início Conc. [Quando?]		Custo [Quanto?]	Factor Crítico
1	2	3	4	5	6	7	8
1	Análise técnica de pedidos de reembolso finais	GTAFPE		Fev	Abr	324.299,00	
2	Análise técnica de pedidos de reembolso	GTAFPE		Jan	Dez		
3	Emissão de Ordens de Pagamento	GTAFPE		Jan	Dez		
4	Análise técnica de pedidos de alteração	GTAFPE		Jan	Dez		
5	Análise técnica de relatórios finais	GTAFPE		Jan	Dez		
6	Acompanhamento aos projectos	CDSS	GTAFPE	Jan	Dez		
7	Elaboração do Relatório Anual do Programa	GTAFPE		Jan	Mai		

Monitorização do Plano de Acção de 2007





UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



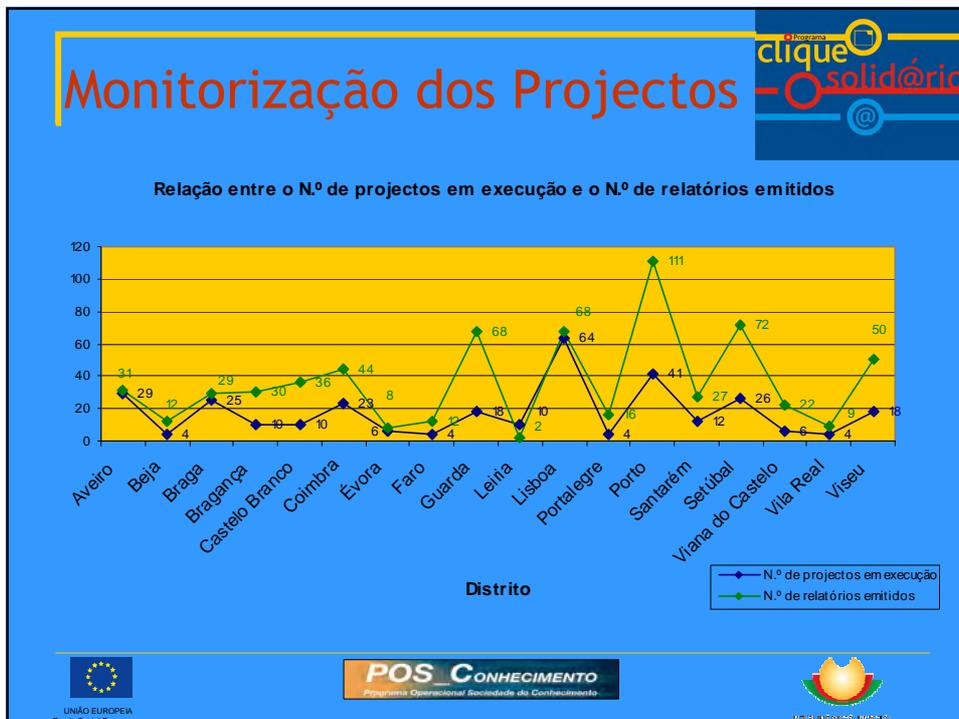
POS CONHECIMENTO
Programa Operacional Sociedade do Conhecimento



GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA



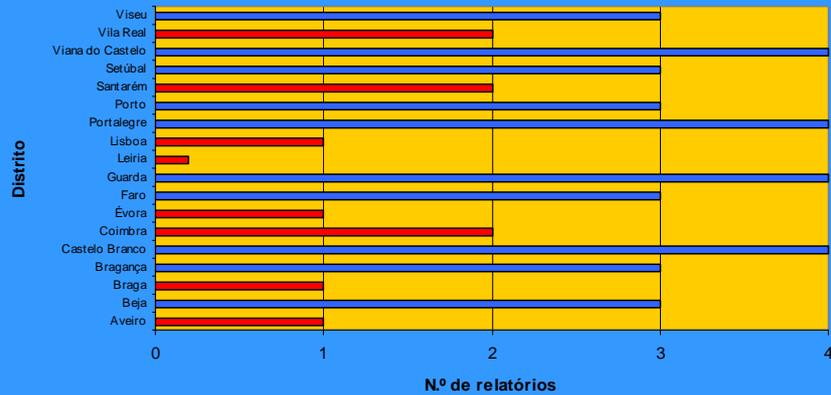
PLANO DE ACÇÃO ISS, IP - 2007 - Monitorização																											
Resp. Ilac.	#	Meta	Indicador	Objectivo ISS, IP	Dados a Monitorizar	Mês de Março																					
						ISS, IP	Servico Central	Aveiro	Beja	Braga	Bragança	Castelo Branco	Coimbra	Évora	Faro	Guarda	Leiria	Lisboa	Portalegre	Porto	Santarém	Setúbal	Viana do Castelo	Vila Real	Viseu		
Cristina Rodrigues	3.6.4	Monitorizar e avaliar 100% dos projectos financiados no âmbito do Programa Clique Solidário	Nº de Projectos monitorizados e avaliados	100%	N.º de Projectos no âmbito do Clique Solidário	323	0	40	4	38	5	11	20	3	4	17	15	85	6	24	14	20	3	4	10		
					N.º de Projectos no âmbito do Clique Solidário monitorizados e avaliados	20	0	0	0	0	0	0	2	0	0	9	1	0	0	4	4	0	0	0	0	0	0
					[N.º de Projectos monitorizados e avaliados no âmbito do Programa Clique Solidário / N.º total de Projectos em execução no âmbito do Programa Clique Solidário] X 100%	6%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	10%	0%	0%	53%	7%	0%	0%	17%	29%	0%	0%	0%	0%	0%	0%



Monitorização dos Projectos



N.º médio de relatórios por projecto



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

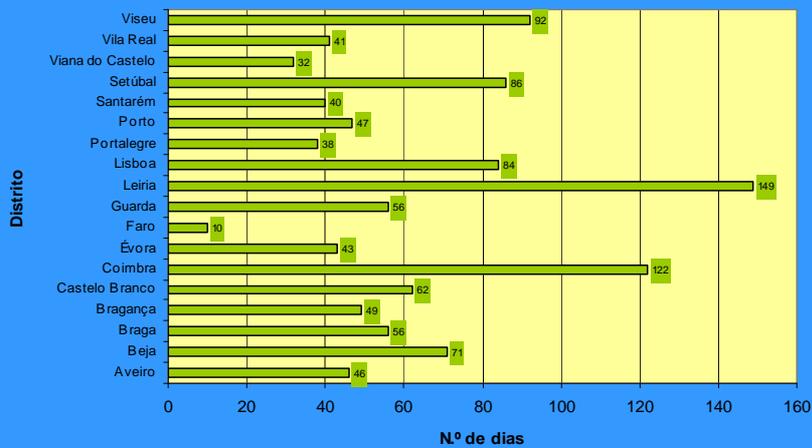


GOVERNO PORTUGUÊS

Monitorização dos Projectos



N.º médio de dias para a emissão dos relatórios



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

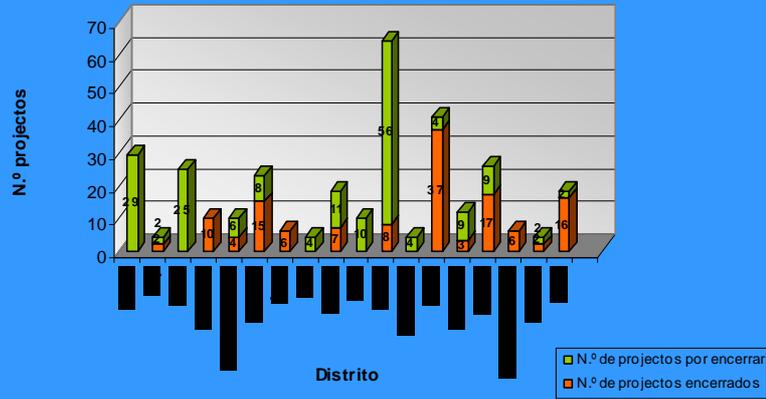


GOVERNO PORTUGUÊS

Monitorização dos Projectos



N.º de projectos encerrados / por encerrar



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

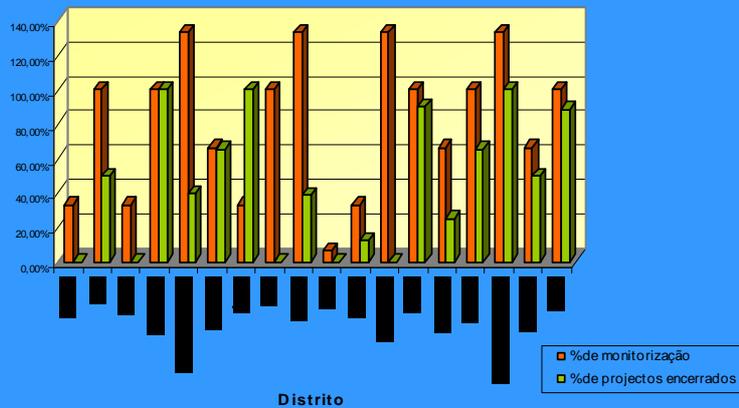


ALCALDÍA MUNICIPAL DE MADRID

Monitorização dos Projectos



Relação entre a % de monitorização e a % de projectos encerrados



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



ALCALDÍA MUNICIPAL DE MADRID

Procedimentos e Circuitos de Acompanhamento



Competências

GTAFFE

- Dar conhecimento da situação actual do Projecto ao CDSS, com regularidade mensal
- Dar respostas céleres às solicitações do CDSS

CDSS

- Marcar as visitas de acompanhamento
- Efectuar as visitas de acompanhamento
- Elaborar os relatórios de acompanhamento
- Articular com o GTAFFE, dando-lhe conhecimento do ponto de situação das visitas de acompanhamento



Objectivo
Encerramento de Projectos



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

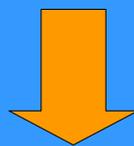


GOVERNO PORTUGUÊS

Procedimentos e Circuitos de Acompanhamento



- Planificação das visitas de Acompanhamento pelo CDSS



- O CDSS deve enviar ao GTFPE até 2 de Maio



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



GOVERNO PORTUGUÊS

Procedimentos e Circuitos de Acompanhamento



Preparação da Visita de Acompanhamento:

- Informar a entidade da realização da visita, solicitando que o dossier contabilístico esteja acessível para consulta, sendo de todo o interesse o TOC da entidade estar presente;
- Promover a articulação entre o CDSS e o GTAFPE para que sejam prestadas todas as informações, nomeadamente:
 - Pedidos de alteração
 - Pedidos de reembolso
 - Listagem de equipamento
 - Outras informações relevantes

As informações serão enviadas mensalmente pelo GTAFPE e no caso da solicitação do CDSS, o GTAFPE tem 2 dias para envio de resposta.



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



Município de Lourenço Marques

Procedimentos e Circuitos de Acompanhamento



Preparação da Visita de Acompanhamento (Cont.):

- Documentos a preparar pelo Técnico:
 - Formulário da Medida 1.1
 - Formulário da Medida 2.1
 - Relatório de contagem física
 - Cópia do último relatório de acompanhamento emitido e enviado à entidade



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



Município de Lourenço Marques

Procedimentos e Circuitos de Acompanhamento



O acompanhamento será feito em duas vertentes:

- parte técnico-pedagógica
- parte contabilístico-financeira



Obrigatoriedade de técnicos das duas áreas para efectuar a acção correctamente



Procedimentos e Circuitos de Acompanhamento



Durante a Visita de Acompanhamento:

- Analisar e orientar a organização do Dossier Técnico- Pedagógico da Medida 1.1;
- Analisar e orientar a organização do Dossier Contabilístico da Medida 1.1;
- Analisar e orientar a organização do Dossier do Projecto Medida 2.1;
- Preencher os Formulários de Acompanhamento;
- No caso da Medida 2.1, efectuar a contagem física do equipamento e elaborar o respectivo relatório.



Procedimentos e Circuitos de Acompanhamento



Após a Visita de Acompanhamento:

CDSS	<ul style="list-style-type: none">▪ Proceder ao preenchimento informático dos Formulários e restantes documentos utilizados na acção e elaborar os respectivos relatórios;	}	5 Dias
CDSS	<ul style="list-style-type: none">▪ Enviar via e-mail os documentos ao GTAFPE para análise e eventuais contributos;		
GTAFPE	<ul style="list-style-type: none">▪ Analisar a proposta de relatório e devolver ao CDSS.		5 Dias



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



Município de Évora

Procedimentos e Circuitos de Acompanhamento



Após a Visita de Acompanhamento:

CDSS	<ul style="list-style-type: none">▪ Elaborar informação ao Director do CDSS, onde serão anexos os Formulários e respectivos Relatórios de acompanhamento e ofício de envio dos mesmos à entidade.	}	5 Dias
CDSS	<ul style="list-style-type: none">▪ Enviar o ofício com os Relatórios de Acompanhamento à Entidade, através de carta registada com aviso de recepção, concedendo à entidade 10 dias úteis para regularização das recomendações.		
CDSS	<ul style="list-style-type: none">▪ Enviar por Fax ou E-mail (digitalizado) para o GTAFPE cópia do envio do ofício à entidade.		2 Dias

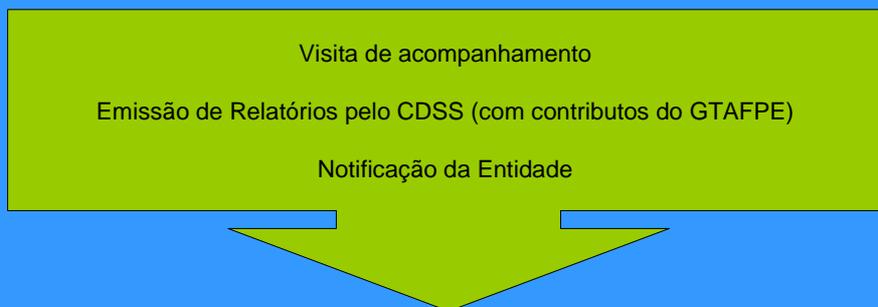


UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



Município de Évora

Procedimentos e Circuitos de Acompanhamento



Prazo de 15 dias

✦ Prazo para regularização das recomendações por parte da entidade – 10 dias úteis



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



REGIÃO ALGARVE

Procedimentos e Circuitos de Acompanhamento



Preenchimento de Formulários/Relatórios:

- 1.ª visita de acompanhamento: devem ser analisados todos os itens dos formulários
- 2.ª visita e seguintes: Verificação dos itens não conformes e/ou não existem na anterior visita e dos itens que possam ter alteração na data da visita seguinte



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



REGIÃO ALGARVE

Procedimentos e Circuitos de Acompanhamento



Campos de verificação obrigatória em todas as visitas:

Medida 1.1 – Competências Básicas

Técnico-Pedagógico:

- Cópia dos Pedidos de Alteração à Decisão (Formulário AB)
- Cópia das Adendas ao Termo de Aceitação



Procedimentos e Circuitos de Acompanhamento



Campos de verificação obrigatória em todas as visitas:

Medida 1.1 – Competências Básicas

- Listagem dos formadores/animadores que intervêm nas acções, respectivos currícula e DCB;
- Listagem dos elementos da equipa técnica afecta à dinamização do projecto e respectivos currícula;



Procedimentos e Circuitos de Acompanhamento



Campos de verificação obrigatória em todas as visitas:

Medida 1.1 – Competências Básicas

- Manuais e textos de apoio, bem como a indicação de outros recursos didáticos utilizados, nomeadamente os meios audiovisuais;
- Cópia dos relatórios intermédios e finais (Formulários GI, C e respectivos anexos).



Procedimentos e Circuitos de Acompanhamento



Campos de verificação obrigatória em todas as visitas:

Medida 1.1 – Competências Básicas

Contabilístico:

- Cópias das Certidões Regularizadas da Segurança Social e Fazenda Pública;
- Registo no rosto dos documentos (por amostragem);
- Contabilidade organizada (atraso não superior a 45 dias);



Procedimentos e Circuitos de Acompanhamento



Campos de verificação obrigatória em todas as visitas:

Medida 1.1 – Competências Básicas

- Balancetes mensais com os respectivos movimentos do mês e o acumulado;
- Documento comprovativo dos recebimentos;
- Contabilização do recebimento dos subsídios.



Procedimentos e Circuitos de Acompanhamento



Campos de verificação obrigatória em todas as visitas:

Medida 2.1 – Acessibilidades

Dossier do Projecto

- *A Contabilização do Recebimento dos Subsídios bem como o Cumprimento do Art. 22º do Código do IRC são sempre aplicáveis;*
- O Relatório de Contagem Física deve ser integralmente preenchido.



Procedimentos e Circuitos de Acompanhamento



Campos de verificação obrigatória em todas as visitas:

Medida 2.1 – Acessibilidades

Dossier do Projecto

- Cópias das Certidões Regularizadas da Segurança Social e Fazenda Pública;
- Situação da Entidade Face ao IVA;
- Equipamento afecto ao espaço;
- Autocolantes colocados em local visível sobre os equipamentos financiados.



Procedimentos e Circuitos de Acompanhamento



- Todas as situações **Não Conforme / Não Existe**, deverão ser referenciadas em Situações Detectadas e Recomendações no Relatório de Acompanhamento;
- É considerada 1ª visita ao projecto aquela em que, pela primeira vez, é aplicado o Formulário de Acompanhamento e emitido o respectivo Relatório, independentemente de, em datas anteriores, se terem realizado visitas de “reconhecimento”.



Procedimentos e Circuitos de Acompanhamento



Relatório 2ª visita:

- A verificação dos itens **“Conforme”** da 1ª visita é desnecessária, excepto nos casos que são sempre obrigatórios de serem verificados;
- Deve verificar-se as situações que se encontravam **Não Conforme** e **Não Existe** no Relatório da 1ª visita;
- Deve verificar-se se as situações **Não Aplicáveis** no Relatório da 1ª visita são aplicáveis à data da 2ª visita e caso o sejam deverão ser verificadas.



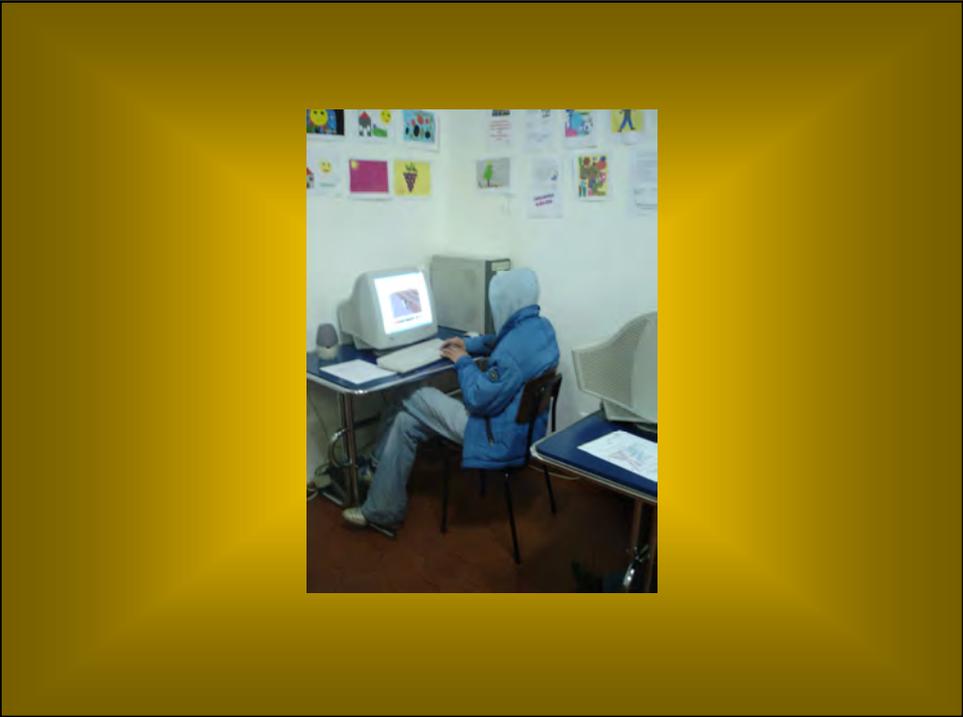
UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu

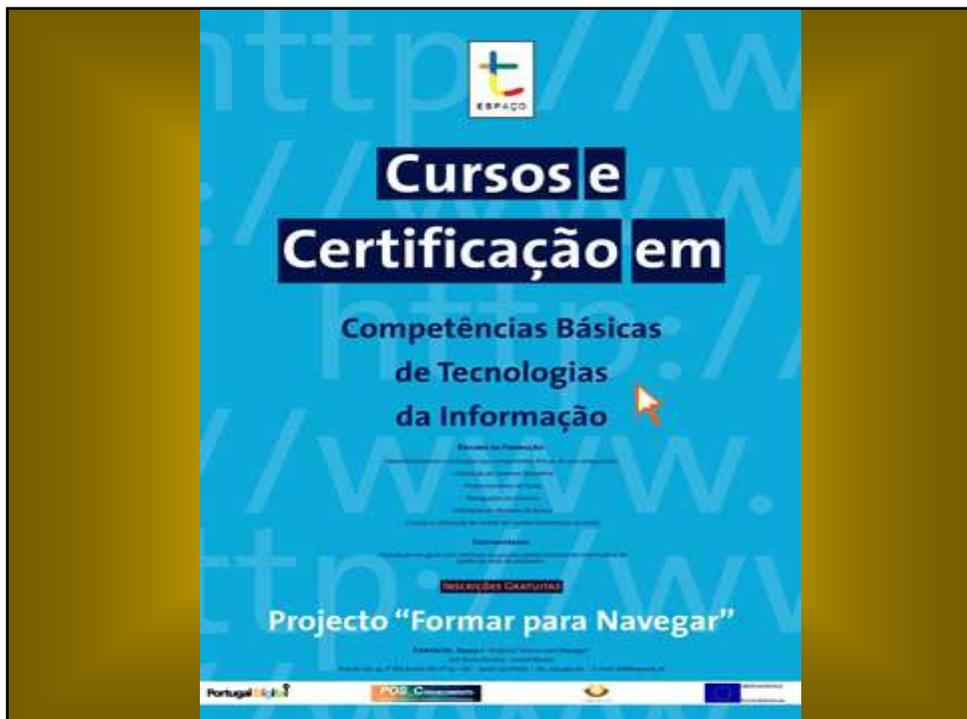


REPÚBLICA PORTUGUESA



**"As pessoas que vencem
neste mundo são as que
procuram as
circunstâncias de que
precisam e, quando não
as encontram, as criam."
*Bernard Shaw – Filósofo***







**...QUANDO OS MENOS
CAPAZES SE TORNAM OS
MAIORES DOS CAPAZES...**



Para garantir um melhor exercício dos direitos de cidadania e promover maiores níveis de coesão social, no contexto da nova Sociedade do Conhecimento; todos os cidadãos podem agora validar as suas competências básicas em tecnologias da informação mediante a obtenção de um diploma.

06.02.2007 10:47

Pensa no teu Futuro



espaço!internet Portugal Digital



Santa Casa da Misericórdia
CAMPO MAIOR

CLIQUE



SOLIDÁRIO

Santa Casa da Misericórdia de
Campo Maior

Horário
Manhã: das 10h às 13h
Tarde: das 14h às 18h

07.02.2007 10:21



PSI
PROGRAMA OPERACIONAL
INICIATIVA DE INOVAÇÃO







Diploma de Competências Básicas
através de
Exame e/ou Formação

- Se tens conhecimento na área de informática e queres validar esse conhecimentos através de um Diploma de Competências Básicas, basta efectuar um exame com duração de 1 hora.
- Para fazer o exame para obter o Diploma de Competências Básicas, só é permitido as pessoas maiores de 10 anos de idade, com conhecimento básico de informática.
- Para aqueles que não possuem conhecimentos necessários para fazer o exame, é possível frequentar uma formação que tem a duração de 15 horas a decorrer no Moinho da Juventude.
- Os conteúdos da formação é composta por 2 horas de Hardware, 4 horas de Word, 3 horas de PowerPoint, 3 horas de Internet e Correio Electrónico, as restantes horas são para testes e preenchimento de questionários de avaliação

Horário: Das 12:00 as 13:00 e das 18:00 as 17:00, de segunda a sexta

08.02.2007 10:47





*"O simples facto de serem **seres humanos**, independentemente da sua condição económica ou social, é o critério suficiente para merecerem apoio."*

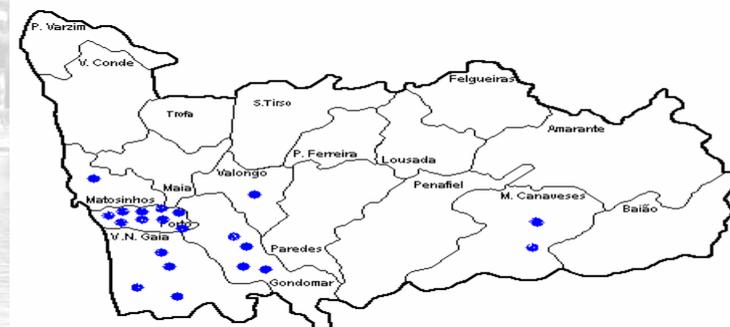
Anónimo



CLIQUE SOLIDÁRIO - ENCONTRO DE TRABALHO -

A Experiência do Centro Distrital do Porto

Localização Espacial dos Projectos do Distrito



OBJECTIVOS DO ACOMPANHAMENTO

-Assegurar as condições necessárias ao bom desenvolvimento dos projectos

- . Verificar e supervisionar o cumprimento das regras e orientações do Programa.
- . Acompanhar e avaliar o desenvolvimento das acções
- . Contribuir para a promoção de competências técnicas e profissionais.



2007.04.17

Equipa Técnica do CDSS Porto

CONSTRANGIMENTOS VS POTENCIALIDADES

- . Contexto socio-espacial
- . Estrutura e dinâmica institucional
- . Recursos Técnicos e humanos
- . Recursos financeiros
- . Programas e respostas de política social



União Europeia
Fundos Estruturais

2007.04.17

Equipa Técnica do CDSS Porto



SEGURANÇA SOCIAL

POS CONHECIMENTO
Programa Operacional Especialidade do Conhecimento

PROCEDIMENTOS

- Metodologia participativa e integrada
 - . Envolvimento das Entidades Beneficiárias
 - . Envolvimento da população
- Acompanhamento
 - . Apoio Técnico
 - a) área técnico-pedagógica
 - b) área contabilístico-financeira
 - . Monitorização e avaliação do desenvolvimento/execução das acções dos Projectos



União Europeia
Fundos Estruturais

2007.04.17

Equipa Técnica do CDSS Porto



SEGURANÇA SOCIAL

POS CONHECIMENTO
Programa Operacional Especialidade do Conhecimento

PROCEDIMENTOS (cont.)

- Visitas de controle e acompanhamento
- Análise dos Dossiers técnico-pedagógicos e contabilístico-financeiros
- Contactos informais



União Europeia
Fundos Estruturais

2007.04.17

Equipa Técnica do CDSS Porto



SEGURANÇA SOCIAL



PROCEDIMENTOS (cont.)

-Circuito interno



União Europeia
Fundos Estruturais

2007.04.17

Equipa Técnica do CDSS Porto



SEGURANÇA SOCIAL



Fim



União Europeia
Fundos Estruturais

2007.04.17

Equipa Técnica do CDSS Porto



PROGRAMA

ENCONTRO DE TRABALHO - CLIQUE SOLIDÁRIO

Serviço de Atendimento – CDSS de Santarém -17 Abril 2007

09h30	Recepção dos Participantes e entrega da documentação
10h00	<p>Sessão de Abertura</p> <p><i>Edmundo Martinho</i> – Presidente do Instituto da Segurança Social, I.P.</p> <p><i>Jaime Quesado</i> – Gestor do Programa Operacional Sociedade do Conhecimento</p> <p><i>Anabela Rato</i> – Directora do Centro Distrital de Segurança Social de Santarém</p> <p>Vídeo sobre os Impactos do Projecto</p>
10h45	<p>Apresentação dos Resultados da Execução apurados</p> <p><i>Cristina Rodrigues</i> – Directora do Gabinete Técnico de Apoio para os Fundos e Programas Europeus</p>
11h00	Pausa para Café
11h15	<p>Exemplo ilustrativo de boas práticas</p> <p><i>Carla Vinagre / Fátima Reis</i> – Interlocutores do CDSS do Porto</p>
11h45	<p>Plano de Acção de 2007</p> <p><i>Cristina Rodrigues</i> – Directora do Gabinete Técnico de Apoio para os Fundos e Programas Europeus</p> <p>Monitorização dos Projectos – Ponto de situação por distrito</p> <p><i>Andreia Duarte / M^a José Maia</i> – Gabinete Técnico de Apoio para os Fundos e Programas Europeus</p>
12h30	Almoço
14h00	<p>Apresentação de uma proposta de procedimentos e de circuitos de acompanhamento aos projectos</p> <p><i>Ana Teresa Guedes</i> – Gabinete Técnico de Apoio para os Fundos e Programas Europeus</p>
15h00	<p>Debate</p> <p><i>Moderadora:</i> Cristina Rodrigues</p>
16h30	<p>Apresentação das conclusões / Sessão de Encerramento</p> <p><i>Vítor Silva</i> – Gabinete Técnico de Apoio para os Fundos e Programas Europeus</p> <p><i>Cristina Rodrigues</i> – Directora do Gabinete Técnico de Apoio para os Fundos e Programas Europeus</p>
17h00	Café